

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ENSINO À DISTÂNCIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMANDA PUPIN DE CAMARGO

*TODAS AS CARTAS: AS REVOLUÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS SILENCIOSAS DE
CLARICE LISPECTOR*

ALEGRE
2024

AMANDA PUPIN DE CAMARGO

*TODAS AS CARTAS: AS REVOLUÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS SILENCIOSAS DE
CLARICE LISPECTOR*

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito parcial para a conclusão do curso de
graduação em Licenciatura em História.
Orientador: Prof. Msc. Fabiano de Souza Coelho

ALEGRE
2024

TODAS AS CARTAS: AS REVOLUÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS SILENCIOSAS DE CLARICE LISPECTOR

AUTORA: AMANDA PUPIN DE CAMARGO

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História.

APROVADO EM: _____ DE _____ DE 2024.

COMISSÃO AVALIADORA

PROF. MSC. FABIANO DE SOUZA COELHO

Orientador

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

PROF.^a DR.^a ANA PENHA GABRECHT

Membra da Banca

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

PROF.^a DR.^a MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA

Membra da Banca

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

PROF. DR. DAVI ELIAS RANGEL

Membro da Banca

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Aos meus pais, autores da minha vida e donos da minha crença numa sociedade mais justa.

Aos meus irmãos, exemplos de honestidade e fraternidade.

Às minhas sobrinhas, fonte inesgotável do mais sincero amor.

Aos meus amigos e amigas, donos do apoio incondicional.

“Cheguei mesmo à conclusão que escrever é a coisa que mais desejo no mundo, mesmo mais que amor.”

(Clarice Lispector)

RESUMO

O presente trabalho explora as cartas remetidas por Clarice Lispector, publicadas em *Todas as Cartas*, com o objetivo de compreender como essas correspondências, remetidas entre as décadas de 40 e 70, revelam aspectos pessoais, culturais e políticos de sua vida. A pesquisa investiga os posicionamentos, diretos ou implícitos, da escritora diante das questões sociopolíticas e culturais do Brasil, em especial durante os períodos de repressão e censura, como o Estado Novo e a Ditadura Militar. A análise evidencia que as missivas vão além de reflexões íntimas e familiares, apresentando também nuances de resistência subjetiva às imposições da época. Dividida em três capítulos, a pesquisa se inicia com uma abordagem biográfica, destacando a construção da identidade de Clarice como escritora brasileira, apesar de suas raízes estrangeiras. O segundo capítulo analisa o contexto histórico-político do Brasil, enfatizando os desafios culturais enfrentados por intelectuais e artistas. Por fim, o terceiro capítulo investiga as cartas como expressão das “revoluções silenciosas” de Clarice, revelando reflexões sobre família, sociedade e literatura. Com base nessa análise das cartas e da construção da pesquisa, conclui-se que as cartas de Clarice Lispector são fontes valiosas para a compreensão de sua vida pessoal e pública, bem como de sua visão crítica diante dos cenários culturais e políticos de sua época. Mesmo em um contexto limitado pela sua ligação diplomática, suas correspondências demonstram uma resistência sutil e coerente, travando batalhas silenciosas contra as desigualdades e limitações impostas ao longo de sua trajetória pessoal e profissional.

Palavras-chave: Clarice Lispector; Cartas; Revoluções político-culturais;

ABSTRACT

The present work explores the letters sent by Clarice Lispector, published in *Todas as Cartas*, with the aim of understanding how these correspondences, exchanged between the 1940s and 1970s, reveal personal, cultural, and political aspects of her life. The research investigates the writer's positions, whether direct or implicit, on sociopolitical and cultural issues in Brazil, particularly during periods of repression and censorship, such as the *Estado Novo* and the Military Dictatorship. The analysis demonstrates that these letters transcend intimate and familial reflections, also presenting nuances of subjective resistance to the impositions of the era. Divided into three chapters, the research begins with a biographical approach, highlighting the construction of Clarice's identity as a Brazilian writer despite her foreign roots. The second chapter examines Brazil's historical-political context, emphasizing the cultural challenges faced by intellectuals and artists. Finally, the third chapter investigates the letters as an expression of Clarice's "silent revolutions," revealing her reflections on family, society, and literature. Based on this analysis of the letters and the development of the research, it is concluded that Clarice Lispector's correspondence represents valuable sources for understanding her personal and public life, as well as her critical perspective on the cultural and political scenarios of her time. Even within the constraints of her diplomatic connections, her letters reveal a subtle and coherent resistance, waging silent battles against the inequalities and limitations imposed throughout her personal and professional journey.

Keywords: Clarice Lispector; letters; political-cultural revolutions;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A CONSTRUÇÃO DE CLARICE LISPECTOR: CONTEXTUALIZAÇÃO BIOGRÁFICA	11
3. O BRASIL DA CHEGADA E O BRASIL DA PARTIDA: O CENÁRIO POLÍTICO-CULTURAL EXPERENCIADO PELA ESCRITORA DURANTE OS ANOS DE 1940 E 1977	19
4. TODAS AS CARTAS: A SUBJETIVIDADE E A RESISTÊNCIA DE CLARICE LISPECTOR	28
5. CONCLUSÃO	42
FONTE	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

Clarice Lispector é figura bastante conhecida na cena literária brasileira. De família judia, a escritora nasceu na Ucrânia e chegou ao Brasil no primeiro ano de vida, em razão da necessidade de fuga do país natal, sobretudo, pela perseguição aos judeus durante a guerra. Apesar da sua origem estrangeira, Clarice sempre se considerou brasileira, descartando rótulos e títulos que a vinculassem à Ucrânia, fato marcado ao longo de sua trajetória pública e, também, presente nas cartas enviadas aos familiares, amigos e intelectuais e autoridades, que são objeto de análise na presente pesquisa.

Este trabalho busca compreender, a partir da análise das cartas presentes no livro *Todas as Cartas*, como a escritora se posicionava, ainda que indiretamente, diante de questões políticas, sociais e culturais de sua época, sendo o recorte temporal precisamente entre os anos de 1940 e 1977, ano do seu falecimento. A investigação tem como foco central identificar se Clarice tratou em suas missivas sobre estes temas ou, então, na sua ausência, se haviam elementos que evidenciassem resistências ou adaptações da escritora quanto ao cenário político do Brasil, em especial durante períodos de censura e repressão cultural, como no Estado Novo e na Ditadura Militar. Para a seleção das cartas, foi levada em consideração a presença de elementos norteadores do tema objeto, mais especificamente aquelas que apresentavam opiniões de gênero e político-culturais.

As experiências pessoais da escritora e o contexto histórico em que inserida são elementos chave para compreendermos a relevância da presente pesquisa, vez que, diante dos relatos pessoais da escritora em suas cartas, podemos compreender como a mesma se comportava diante destes recortes da sua vida pessoal e, mesmo, da sua vida pública, enquanto esposa de diplomata e, sobretudo, escritora em ascensão. Ao investigar essas dimensões de Clarice, se torna possível lançar luz sobre uma faceta menos evidente de sua personalidade e escrita: sua forma de resistir, interpretar e narrar a complexidade do mundo ao seu redor.

Para tanto, a presente pesquisa se desdobra em três capítulos, cuidando, o primeiro deles, da figura de Clarice, narrando sua trajetória, a construção da sua identidade e as principais experiências pessoais que marcaram a sua infância, sua juventude e sua vida adulta. Já no segundo capítulo, passamos a uma contextualização histórica, de modo que, dentre as décadas de troca de cartas (de 40 a 70), busca-se compreender qual é o Brasil vivido por Clarice, quais as experimentações nos campos político-cultural, literário e artístico, visando

compreender os possíveis reflexos destes cenários na vida da escritora. Por seu turno, o último capítulo aborda detidamente as principais cartas remetidas pela escritora, sendo importante mencionar que o livro analisado (Todas as Cartas) contém apenas as missivas remetidas por Clarice, razão pela qual busca-se compreender, da análise e seleção das cartas, as suas possíveis “revoluções silenciosas” e como a escritora se posicionava, ainda que sutilmente, sobre temas e desafios por ela enfrentados ao longo do período analisado (1940 a 1977).

Deste modo, busca-se com o presente trabalho conhecer Clarice Lispector para além da figura de escritora conhecida como “hermética”, ou seja, difícil de ser compreendida. É nas cartas que se é possível encontrar uma Clarice “desnuda”, que expõe particularidades e vulnerabilidades de uma pessoa comum, bem como de um ser humano para além de seu tempo, capaz de encabeçar revoluções que não necessariamente são assim intituladas ou assim expostas, mas, sobretudo, vivenciadas no seu íntimo e movimentadas num ambiente particular da escritora.

2. A CONSTRUÇÃO DE CLARICE LISPECTOR: CONTEXTUALIZAÇÃO BIOGRÁFICA

Apesar de conhecida como uma das maiores escritoras do país, Clarice Lispector não nasceu no Brasil e a data do seu nascimento não era um consenso entre os seus biógrafos, apesar de ser confirmada em uma de suas cartas¹, enviadas à Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil: seu nascimento foi no dia 10 de dezembro de 1920 na cidade de Chechelnyk, na Ucrânia (antigo Império Russo).

Segundo Freitag (2013, p. 77), o falecimento da escritora, entretanto, deu-se em 09 de dezembro de 1977, de câncer no ovário. Clarice faleceu às vésperas de completar 57 (cinquenta e sete) anos, no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com a Freitag, Clarice foi batizada como Hai Pinkhasnova² e, apesar do nascimento na cidade ucraniana, a sua nacionalidade estrangeira foi por ela descartada ao longo da vida, assim:

[...] como Clarice Lispector, aliás Helen Palmer (pseudônimo), aliás Hai Pinkhasnova (nome de batismo), nunca aceitou outra nacionalidade, senão a brasileira, também não aceitava ter nascido no Império Russo, com o argumento “naquela terra eu literalmente nunca pisei: fui carregada de colo”, segundo declarou a Benjamin Moser [...], seu biógrafo americano. Por essas e outras razões, Chechelnyk não pode ser considerada uma das cidades “essenciais” ou “estruturantes” em sua vida, mas, certamente, o Rio de Janeiro o foi (Freitag, 2013, p. 77).

Clarice se mudou para o Brasil ainda criança na companhia de seus pais Pedro Lispector e Marieta Lispector (batizados Pinkhouss Lispector³ e Mânia I. Krimgold⁴) e de suas irmãs Elisa Lispector (Leia) e Tania Kaufmann, em fuga da Guerra Civil Russa e da perseguição aos judeus na Europa.

A Doutora em Literatura Brasileira e estudiosa da vida da autora Nádía Battella Gotlib (2008, p. 27) esclarece que o pai e o avó paterno de Clarice eram comerciantes na região central da Ucrânia (Teplik), enquanto os seus avós maternos viviam em uma propriedade rural onde exploravam a terra. Todavia, o contexto de conforto da família foi alterado diante dos eventos históricos que culminariam na fuga da família Lispector para o Brasil:

¹ Carta remetida por Clarice à Getúlio Vargas, em 23 de outubro de 1942.

² Em artigos e outras produções literárias, encontramos a grafia do nome de batismo de Clarice como Haia Pinkhouss, Chaya Pinkhasivna Lispector, Haia Pinkhasovna Lispector, entre outros.

³ Nome de batismo do pai de Clarice.

⁴ Nome de batismo da mãe de Clarice.

Nesses dez anos – de 1910 a 1920 – a família cresce: nasce a primeira filha, Leia (Elisa), em 1911, em Savran; nasce a segunda filha, Tania, em Teplik, em 1915; nasce a terceira filha, Haia (Clarice), quando já estão de viagem para a América. Nesse período a Ucrânia passa por graves turbulências políticas que acarretariam a migração da família Lispector da Ucrânia para o Brasil.

Portanto, as primeiras fotos de família são tiradas antes de grandes mudanças ocorridas na Ucrânia, provenientes de fatos históricos de grande porte: a Segunda Grande Guerra, ocasião em que a Ucrânia foi invadida por tropas de vários países vizinhos ou próximos, como por alemães; a Revolução Bolchevique de 1917, quando a família do Tsar Nicolau II, o último dos Romanov, foi dizimada pelos revolucionários que expulsaram os monarquistas do poder; pela proclamação da República Popular da Ucrânia, que procurava reforçar a força política nacionalista contra a hegemonia russa soviética. Além de tais forças acrescentem-se grupos de facções várias, como cossacos e anarquistas, alguns, antissemitas, que organizavam pogroms⁵ contra populações ucranianas, ou seja, ataques e assassinatos em massa da população judaica.

A família Lispector, além da relação com o comércio, também mantinha importante relação com o Judaísmo, preservando a prática e os estudos da religião. O pai de Clarice se dividia entre as atividades do comércio e o estudo do Talmud, que é o livro de apoio ou estrutura da mencionada religião, exercício que seria herdado pela irmã de Clarice, Elisa:

De fato, a família, que se comunicava em ídiche e em russo, preserva fortes marcas das raízes da cultura judaica, caracterizada pelo talento de seu povo na prática da atividade do comércio e pela séria e cuidadosa prática religiosa, tanto na celebração dos rituais quanto nos estudos dos livros sagrados. [...] Como comerciante, o pai de Clarice viajava tanto para Kiev quanto para Odessa para comprar mercadorias que vendia na aldeia onde então vivia. E lia o Talmud. E praticava rituais religiosos, que seriam seguidos pela filha Elisa Lispector, espécie de guardiã das tradições familiares, “baú da família”, como a chamava a irmã Tania Kaufmann. (Gotlib, 2008, p. 26-27).

Apesar das marcas da tradição judaica na família de Clarice e dos esforços dos seus biógrafos em relacioná-la à religião, é importante destacar que a relação da nossa personagem com a cultura e religião judaica não é definida. Ao contrário de suas irmãs, Clarice foi a primeira de sua família a se casar com um homem que não era judeu. Apesar disso, Clarice se autodeclarava judia:

Eu sou judia, você sabe. Mas não acredito nessa ideia de judeu ser o povo escolhido por Deus. Não significa nada. Os alemães é que deveriam ser, olhando para o que fizeram. Que tipo de escolha foi essa para os judeus? Eu, enfim, me considero brasileira, ponto final (Lispector, 2009, p. 35)

Silva (2023, p. 141) esclarece em sua dissertação de mestrado a fala de Clarice, afirmando que, apesar de se identificar como judia, o seu questionamento acerca da ideia do povo judeu “ser o povo escolhido por Deus, revela sua complexa relação com sua herança

⁵ Eram massacres organizados para o aniquilamento de qualquer grupo ou classe, especialmente com a conivência do governo russo contra os judeus (Gutfreind, 2010, p. 89).

judaica”, e complementa que a afirmação feita por Clarice denota a “sua resistência em aceitar estereótipos ou presunções relacionadas a sua religião. Sua postura questionadora mostra uma busca pela compreensão pessoal e pela rejeição de rótulos impostos”.

No trecho em que se autodeclara judia, reconhecendo, de certa forma as suas origens religioso-culturais, Clarice afirma se considerar brasileira. É essa posição que sustenta ao longo de toda a sua vida: ser brasileira. A relação aproximada com o Brasil decorre da sua chegada precoce (do ponto de vista do tempo de vida) ao país.

No ensaio crítico do livro *Todas as Cartas*, que é objeto desta pesquisa, Carlos Mendes de Sousa (2023, p. 49) indica que Clarice “nasce em trânsito numa terra que ecoa na própria voz como nome estranho e mitificado (Tchetchelnik). No Brasil, o navio aporta em Maceió/AL e Clarice desembarca na companhia dos pais e de suas duas irmãs:

Clarice nasceu em viagem, quando a família já emigrava para a América. Nasceu em Tchetchelnik. Mas os pais não eram dali. Vinham de outro lugar da Ucrânia. De onde, exatamente? Sabe-se que o casamento dos pais deu-se na aldeia de Savran, distrito de Balta, em 4 de setembro de 1910. Elisa, a irmã mais velha, nasceu na aldeia de Savran, circunscrição de Balta, Podolsk. Tania nasceu em Teplik, cidade natal também de seu pai. Quando passaram por uma aldeia chamada Tchetchelnik, nasceu Clarice, nessa aldeia pequena, que nem figura no mapa. Depois, seguiram viagem. Já eram cinco: o pai, a mãe e as três filhas. Em direção a Odessa, cidade do mar Negro, onde talvez pudessem embarcar num navio? Difícil conseguir embarcar nessa cidade, tomada, depois da Revolução de 1917 e durante a Primeira Guerra, por franceses, ingleses, alemães e só, naquele ano mesmo de 1920, recuperada pela Rússia. Antes da viagem mais longa, a outra opção seria, então, atravessar a fronteira da Ucrânia, o que se costumava fazer com dificuldade, subornando os guardas da fronteira. Teriam conseguido, sair do território russo atravessando a fronteira pelo rio Dniester, na Moldávia, em direção a Bucareste, passando por Kichinev, na Moldávia, e Galatz, no sul da Romênia. Após conseguirem, o passaporte russo no Consulado da Rússia em Bucareste, teriam seguido viagem para a Hungria, em direção aos lugares de onde costumavam sair os navios para a América: Itália, França, Bélgica, Holanda, Alemanha. Teriam, então, atravessado a fronteira da Romênia em direção a Budapeste, na Hungria, para, então, chegar a um porto (Gotlib, 2013, p. 46).

Sabe-se que os pais de Clarice possuíam familiares nos Estados Unidos e no Brasil, entretanto, a escolha pelo desembarque no Brasil não é muito bem definida pelos seus biógrafos. Nem mesmo Clarice indica o que levou os Lispector a optar por seguir viagem rumo ao Brasil:

Recebo de vez em quando carta perguntando-me se sou russa ou brasileira, e me rodeiam de mitos. Vou esclarecer de uma vez por todas: não há simplesmente mistério que justifique mitos, lamento muito. E a história é a seguinte: nasci na Ucrânia, terra de meus pais. Nasci numa aldeia chamada Tchechelnik, que não figura no mapa de tão pequena e insignificante. Quando minha mãe estava grávida de mim, meus pais já estavam se encaminhando para os Estados Unidos ou o Brasil, ainda não haviam decidido: pararam em Tchechelnik para eu nascer, e prosseguiram viagem. Cheguei ao Brasil com apenas dois meses de idade. Sou brasileira naturalizada, quando, por uma questão de meses, poderia ser brasileira, nata. Fiz da

língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor. Comecei a escrever pequenos contos logo que me alfabetizaram, e escrevi-os em português, é claro. Criei-me em Recife, e acho que viver no Nordeste ou Norte do Brasil é viver mais intensamente e de perto a verdadeira vida brasileira que lá, no interior, não recebe influência de costumes de outros países. Minhas crendices foram aprendidas em Pernambuco, as comidas que mais gosto são pernambucanas. E através de empregadas, aprendi o rico folclore de lá. Somente na puberdade vim para o Rio com minha família: era a cidade grande e cosmopolita que, no entanto, em breve se tornava para mim brasileira-carioca. Quanto a meus sotaques enrolados, estilo francês, quando falo, e que me dão ar de estrangeira, trata-se apenas de um defeito de dicção: simplesmente não consigo falar de outro jeito. (Lispector, 1999, p.151).

Já no país, a família se instalou em Maceió, no Estado de Alagoas, onde permaneceu por cerca de três anos, decidindo pela mudança à capital pernambucana, Recife. Aos nove anos, entretanto, Clarice perdeu sua mãe, Marieta. A causa de sua morte é também imprecisa. Alguns estudiosos indicam que Marieta Lispector teria falecido em decorrência da infecção por sífilis, durante a Guerra Civil Russa, quando, supostamente, teria sido estuprada, outros que a mãe teria falecido em face do agravamento de quadro tuberculoso.

Ao bem da verdade, Clarice nunca concebeu muito bem a morte da mãe e acreditava que o seu nascimento deveria ter servido para a sua cura, que já se encontrava enferma. A postura de autopunição é por ela mesmo declarada:

Fui preparada para dar à luz de um modo muito bonito. Minha mãe já estava doente, e, por uma superstição bastante espalhada, acreditava-se que ter um filho curava uma mulher de uma doença. Então fui deliberadamente criada: com amor e esperança. Só que não curei minha mãe. E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado. Sei que meus pais me perdoaram eu ter nascido em vão e tê-los traído na grande esperança. Mas eu, eu não me perdo. Queria que simplesmente se tivesse feito um milagre: eu nascer e curar minha mãe. (Lispector, 1999, p. 110-111).

É a partir do falecimento da mãe, que Clarice percebe por parte das irmãs, Elisa Lispector e Tânia Kaufmann, uma aproximação maternal, que é capturada durante toda a troca de cartas presente no livro que serve de base para a presente pesquisa, *Todas as Cartas*⁶. A família Lispector, após o falecimento da matriarca, por volta de 1935, decide se mudar para o Rio de Janeiro. A relação de Clarice com o Brasil é sempre referenciada em suas cartas, enquanto poucas são as referências à sua cidade ou, mesmo, país natal. A relação de Clarice com o país de origem não é nada tênue, pelo contrário, durante a troca de cartas presentes no livro *Todas as Cartas* raros são os registros de menção à sua terra natal

⁶ Lispector, Clarice. *Todas as Cartas*, com prefácio e notas bibliográficas de Teresa Montero; organização e posfácio de Pedro Karp Vasquez; pesquisa textual e transcrição das cartas de Larissa Vaz; ensaio crítico de Carlos Mendes de Sousa. 1ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Rocco, 2023.

Em uma das cartas, entretanto, enviada de Argel (capital da Argélia) para suas irmãs Elisa e Tânia, Clarice, destacando uma de suas principais características observadas ao longo das missivas, que é o humor ácido, menciona a sua origem russa:

Deem um grande abraço em William, um beijo no rostinho adorável de Marçuska⁷. Digam a ela que não sou italiana como ela me disse, e corrijam a Geografia da Célia, porque a Rússia não é perto da Itália, e Márcia vai se criar com péssimas noções. (Carta à Elisa Lispector e Tania Kaufmann, 19 de agosto de 1994. *Todas as Cartas*).

Durante as suas crônicas no *Jornal do Brasil*, Clarice relembra o episódio em que, na Europa, sentiu uma espécie de ligação com a Rússia (Lispector, 1971, p. 236): “Lembro-me de uma noite, na Polônia... [...] uma grande floresta negra apontava-me emocionalmente o caminho da Ucrânia. Senti o apelo. A Rússia me tinha também. Mas eu pertenço ao Brasil”. Clarice nunca retornou à terra natal.

Durante suas pesquisas para o desenvolvimento da Fotobiografia de Clarice, Gotlib relata que viajou até a cidade natal da escritora, Tchetchelnik, na Ucrânia, em busca de referências “clariceanas”. A cidade, à época (2007) reunindo pouco mais de seis mil habitantes, não apresentava muito das esperadas referências:

Assim que nos aproximamos do prédio, pudemos perceber então a presença de Clarice: seu rosto esculpido em bronze numa placa fixada na parede da fachada principal do edifício. A placa em homenagem a Clarice, ali inaugurada por iniciativa do Embaixador Helder Martins de Moraes, em 2002, nessa longínqua Tchetchelnik, também me emocionou. Na parte central da placa, o rosto de Clarice tendo, de um lado, dados biográficos em português, e do outro lado, em russo. [...] As professoras mostraram as dependências da biblioteca, precária, sem necessária manutenção, e o parco acervo. E mostraram o único livro referente a Clarice Lispector: um exemplar do número duplo especial sobre Clarice da série *Cadernos de Literatura Brasileira* editado pelo Instituto Moreira Salles, exemplar que eu mesma havia solicitado que fosse enviado ao Prefeito da cidade. E nenhum outro livro lá havia, nem de, nem sobre Clarice. Aguardam doações pelo menos para mostrar aos alunos das escolas locais, que frequentam a biblioteca. Se o português lhes é totalmente estranho, pois falam o russo e o ucraniano, poderiam, então, segundo as professoras disseram, tocar os livros escritos por uma escritora nascida na terra. Apenas o romance *A cidade sitiada* teve tradução para o russo e ganhou já duas edições. É hora de se traduzir para o ucraniano ou para o russo histórias infantis de Clarice. Seria um modo simpático de as crianças conhecerem essa escritora conterrânea. [...] Na placa de um edifício grande em meio a uma aldeia pequena e distante, eis o único sinal da escritora que assim voltou à sua terra natal, ainda que involuntariamente. (Gotlib, 2008, p. 30-31)

De certo modo, não se mostra grande a surpresa de que a cidade ucraniana não oferecesse estrutura, referências bibliográficas, acervo arquitetônico ou qualquer outra fonte que remontasse a história de Clarice, especialmente diante da postura repelente da escritora às

⁷ Apelido dado carinhosamente por Clarice à sua sobrinha Márcia Algranti, filha de Tania.

suas origens natais. Também não se mostra alarmante a inexistência de suas obras bibliográficas traduzidas.

A verdade é que Clarice se considerou brasileira desde o nascimento, ainda que talvez os seus traços fenotípicos e seu discreto sotaque entregasse alguma estrangeirice, apesar de esclarecer que, na verdade, tem a língua presa, por isso os “erres” a mais (Lispector, 2005, p. 95). A chegada ao Brasil ainda criança, somada à construção de suas memórias socioculturais, talvez tenha contribuído para a sensação de pertencimento à nação, de reconhecimento do país como a sua verdadeira terra natal.

“*Eu pertenço ao Brasil*” (Lispector, 1971, p. 236). A declaração de amor ao país é constantemente vista na troca de cartas com autoridades, familiares e seus amigos, intelectuais ou não. E foi no país que Clarice tanto amou o seu processo educativo ganhou forma. Até os dez anos de Clarice se falava ídiche⁸ na casa da família Lispector e foi apenas a partir desta idade que ela passou a receber educação brasileira, num colégio público, o Grupo Escolar João Barbalho, e, na terceira classe, passou a frequentar um “colégio judaico no Recife (o Collegio Hebreo-Ídiche-Brasileiro) onde estudou também hebraico e ídiche” (Lispector, 2023, p. 74). É também na infância que Clarice pratica aulas de piano, educação musical garantida pelo pai, e que deu contornos relevantes à sua vida e obra. Ainda de acordo com Carlos Mendes de Sousa (2023, p. 103):

Importa lembrar que Clarice teve formação musical na sua infância, graças ao cuidado paterno. Uma crônica do Jornal do Brasil (9 de dezembro de 1967) é central para a leitura sobre o lugar da música na sua obra. O título “Lição de Piano” dá o mote, circunscreve o âmbito da crônica centrada na memória da aprendizagem da música a partir do instrumento escolhido pelo pai para a educação musical das filhas. O relato é muito claro quando estabelece um elo direto entre os caminhos da distração e os modos da inventividade. Existe, da parte da criança, uma demarcação, um afastamento relativamente aos propósitos disciplinadores da execução pianística. De certa forma, pode ler-se aqui uma projeção do que será o posicionamento da autora, repetido com uma frequência quando reflete sobre a sua arte, ao afirmar não ser uma profissional. A menina distrai-se e é nesse processo que ocorre a criação. Consequentemente, também se distrai da dor e da perda, ainda que a doença e a morte da mãe sejam simultaneamente fontes potenciadoras da inspiração. No tempo das lições de piano impõe-se a música por si inventada, no ano em que a mãe morre. A estrutura da peça reflete isso mesmo: a suavidade e a violência, traços que marcarão a obra da futura escritora.

A escrita de Clarice é pincelada pela sua suavidade, mas atravessada, também, pelo olhar crítico e, a depender da receptividade do leitor, problemático. A crônica citada anteriormente pelo ensaísta Carlos Mendes de Sousa foi publicada originalmente no caderno Jornal do Brasil, em 1967, e evidencia essa linha bastante tênue. Vejamos:

⁸ língua falada predominantemente por judeus. (CHERMONT, 2020).

Meu pai queria que as três filhas estudassem música. O instrumento escolhido foi o piano, comprado com grande dificuldade. E professora mais gorda não podia ser. Era literalmente obesa e tinha mãos minúsculas. Era certo o seu nome: Dona Pupu. Para mim as lições de piano eram uma tortura. Só duas coisas eu gostava das lições. Uma era o pé de acácia que aparecia empoeirado a uma curva do bonde e que eu ficava esperando que viesse. E quando vinha - ah como vinha. A outra: inventar músicas. Eu preferia inventar a estudar. Tinha nove anos e minha mãe morrera. A musiquinha que inventei, então, ainda consigo reproduzir com os dedos lentos. Por que no ano em morreu minha mãe? A música é dividida em duas partes: a primeira é suave, a segunda meio militar, meio violenta, uma revolta supenho. Quando Dona Pupu tocava Chopin me enjoava, Chopin de quem eu gosto. O que não acontecia quando ela me dava doces para comer porque ela comia mesmo. Para estudar eu tinha tanta, mas tanta preguiça que pedia a uma de minhas irmãs para tocar no fininho enquanto eu tocava no grosso ou normal mesmo. E ainda tive sorte: imaginem se meu pai quisesse que eu estudasse violino fino. Eu também tocava de ouvido. Mas uma de minhas irmãs tinha talento verdadeiro. Mudou de Dona Pupu para o maestro Ernâni Braga, do Conservatório de Música de Recife. E ele perguntou-lhe se ela gostaria de se tornar pianista. Não sei por que ela não quis. Meu pai de noite pedia para tocarmos. Lembro-me de uma tarde, ele estava dormindo, acordou com o rádio e perguntou emocionado que música era aquela. Era Beethoven. Uma de minhas irmãs ainda tem um presente de Dona Pupu: uma boneca de porcelana forrada de seda para se espetarem alfinetes. De nós três é a mais conservadora. Certas coisas eu peço para ela conservar para mim. De Dona Pupu guardo sobretudo as acácias amarelas. Quem morava naquela casa? Isso me interessava mais que as lições de piano. Como eu errava. Ficava pensando em outras coisas. E na própria Dona Pupu. Como é que uma pessoa tão obesa tinha mãos tão delicadas e pequenas, e que voavam no piano. Já deve ter morrido. E que caixão largo devem ter comprado. Ela era casada. Como é que pode? Na minha ignorância genuína devia ser um dos problemas que me preocupavam durante as lições. Na casa de Dona Pupu tinha uma escadaria de entrada onde eu brincava antes da aula. Acho que não tenho mais nada a dizer. Eu também passei para Ernâni Braga que disse que eu tinha dedos frágeis. Prefiro calar-me: este também morreu. E meus dedos não são frágeis. Eu tenho uma força, eu sei. E minha força está na suavidade de meus dedos frágeis e delicados. (Lispector, 1967, s.p.)

As cartas e crônicas de Clarice retratam a dramaticidade experimentada ao longo de sua vida, mescladas às suas observações ácidas e, de certa forma, por vezes até cômicas. Pelo que se conclui, a música aparece para Clarice antes da literatura, no tempo anterior à sua descoberta criativo-literária, mas serve de norte para essa ocupação posterior (na escrita literária).

Aliado a esse processo de aprendizagem no campo musical, Clarice estudou inglês e francês. Aos quinze anos (1935), se muda com a família para o Rio de Janeiro, onde, em 1939, ingressa no curso de Direito da Universidade do Brasil. De acordo com Freitag (2023, p. 79), é também no Rio “que começa a trabalhar na Agência Nacional durante o Estado Novo” e também se casa com Maury Gurgel Valente⁹, seu colega de curso, e com quem experimentaria uma vida diplomática. É com Maury que Clarice passa a viajar pelo Brasil e por diversos países, experimentando várias culturas e espaços de poder, e de onde remete a

⁹ Maury Gurgel Valente e Clarice se casaram no ano de sua formatura, em 1943, com quem teve dois filhos, Pedro e Paulo, nascidos em Berna e Washinton, nos anos de 1948 e 1953, respectivamente (Freitag, 2013, p. 79)

maioria de suas cartas às irmãs, amigos e intelectuais brasileiros e, até mesmo, autoridades. É também desses mesmos lugares distantes do Brasil que revela muito da sua particular saudade do Brasil e da família.

Na obra pesquisada (*Todas as Cartas*), em seu ensaio crítico, Carlos Mendes de Sousa (Lispector, 2023) também esclarece que em 1944 é o ano que Clarice se ausenta do Brasil para acompanhar as atividades diplomáticas de Maury, vivendo em muitos países, dentre eles Estados Unidos, Itália, Inglaterra e Suíça. Neste período de diplomacia do marido, Clarice retorna ao país apenas de forma episódica, e é também o período em que dá à luz aos seus dois filhos, Pedro e Paulo. Ela só retornaria definitivamente ao país quinze anos depois, divorciada de Maury.

O acervo cartográfico deste período, inserido no mesmo livro acima citado, reúne cartas dos primeiros anos remetidas de Belém do Pará, enquanto as últimas, já em 1959, remetidas de Washington, nos EUA. A troca de cartas entre Clarice e seus plurais destinatários, datadas entre os anos de 1940 e 1977 (ano de sua morte), são divididas e catalogadas no livro em décadas, sendo o maior número de cartas enviadas por Clarice nesta primeira década, de 40, com 142 cartas; na década seguinte, 50, Clarice remete 113 cartas e, nas décadas de 60 e 70, remete 16 cartas em cada uma.

A utilização das missivas para se comunicar com a família era a forma usual da época, fato também relatado nas cartas inseridas no livro *Todas as Cartas*. Os telefonemas eram raros, dependentes de marcação antecedente e de autorizações que, apesar da sua boa relação diplomática, eram burocráticas. Por isso, não raras são as cartas em que Clarice clama por notícias mais frequentes, em especial de suas irmãs. É também a partir desta troca de cartas que alcançamos o processo literário da escritora. Algumas das cartas remontam a forma como se deu a publicação de alguns de seus livros, o seu comportamento diante das opiniões críticas e de alguns intelectuais amigos, como Fernando Sabino e Rubem Braga, além de Paulo Mendes Campos e Lúcio Cardoso, informações possíveis de serem consultadas da leitura de *Todas as Cartas*.

Para Carlos Mendes de Sousa, ensaísta de *Todas as Cartas* (Lispector, 2023, p. 91), “as cartas apresentam uma série de reflexões mais ou menos soltas, mas profundamente reveladoras sobre a relação de Lispector com a escrita, sobre a interminável, exigente e insatisfeita busca”. A relação com a escrita se tornou ainda mais delineada quando Clarice foi vítima de um incêndio. Ainda de acordo com Sousa (Lispector, 2023, p. 89), a causa do acidente teria sido o fato de que Clarice teria “adormecido a fumar”, quando o fogo lhe

causou queimaduras pelo corpo, sendo a sua mão direita a mais atingida, apresentando queimaduras de terceiro grau.

A partir do acidente, Clarice passou a apresentar quadros de depressão contínuos (Lispector, 2023, p. 90):

Sabe-se das depressões contínuas que se seguiram ao acidente e sabe-se que foi a partir desta altura que começou a maquiarse mais – o rosto dava impressão de uma máscara, como recordou, por exemplo, José Américo Motta Pessanha. Muitos amigos testemunharam que Clarice passou a ser outra depois do acidente, tanto aqueles que sempre estiveram próximos, como aqueles que tinham deixado de vê-la havia muitos anos e a reencontraram depois do acidente.

O processo criativo de Clarice é permeado por essas nuances. As cartas, sobretudo, registram, como uma espécie de diário, o seu cotidiano e as suas relações. Ainda no ensaio crítico de *Todas as Cartas* também é possível se aferir que (Lispector, 2023, p.110):

O retrato da escritora oferecido nestas cartas é um retrato que mostra suavidades e irritações, alegrias, cansaços e desalentos. Estamos perante um retrato intelectual e emocional sem artificios eu, por isso mesmo, muito nos toca. Clarice torna-se aqui muito próxima dos seus leitores. Alguma coisa do seu universo pessoal nos é revelada, nas contingências da sua vida de mulher de diplomata, na sua incondicional dedicação fraternal e materna, no relacionamento com as empregadas, na consolidação das amizades, na sintonia com os animais, na recepção das críticas, nos diálogos com os tradutores, nos impasses e contratempos da publicação das obras.

É a partir dessas informações pessoais, desses registros no tempo, que a presente pesquisa projeta a sua finalidade, à medida que busca entender, nestes cenários e vivências particulares, se há uma espécie de consolidação dos ideais político-culturais de Clarice Lispector e sua possível postura repressiva ou, mesmo, de resistência, especialmente considerando a sua vivência durante alguns anos de duração do regime ditatorial no país, conhecido historicamente pelas restrições e boicotes culturais aos artistas e intelectuais brasileiros.

3. O BRASIL DA CHEGADA E O BRASIL DA PARTIDA: O CENÁRIO POLÍTICO-CULTURAL EXPERENCIADO PELA ESCRITORA DURANTE OS ANOS DE 1940 E 1977

Clarice nasceu em 10/12/1920, chegando ao Brasil em 1921 durante o governo oligárquico de Epitácio Pessoa (1919-1922), eleito logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Sua infância e adolescência foram atravessadas pelos governos de Artur Bernardes (1922-1926), Washington Luís (1926-1930) e Getúlio Vargas (1930-1945), sendo que, neste

último, quando ingressa na Faculdade de Direito em 1939, passa a ganhar contornos políticos-culturais de maior relevância.

Como figura principal da presente pesquisa, cumpre registrar que, no período da Ditadura Militar¹⁰, não há registros de censura às obras de Clarice Lispector, entretanto, Scorsolini-Comin (2023, p. 4) indica que a escritora foi fichada pela polícia política:

Clarice foi fichada pela polícia política de 1950 a 1973. Em 1950, foi fichada pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps) que incluía informações sobre “lideranças políticas, militares, comunistas, integralistas, associações, periódicos, entre outros.” (MONTERO, 2021, p. 51). Entre as hipóteses para esse fichamento, Teresa Montero menciona a sua “nacionalidade russa”, o fato de haver uma comunidade judaica carioca associada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a sua proximidade com alguns escritores e jornalistas que eram acompanhados pelo regime militar. Clarice também foi acompanhada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), principal órgão de inteligência da Ditadura Militar, a partir de 1973. O SNI também acompanhava o editor-chefe do Jornal do Brasil, Augusto Dines, considerado subversivo. Clarice trabalhava com Dines, assinando uma coluna semanal desde 1967. Com a demissão de Dines, Clarice também perdera o emprego, juntamente com Marina Colasanti.

A relação de Clarice com o processo criativo, que é entremeado pelas questões político-culturais, é o objeto da presente pesquisa e visa, diante do recorte temporal das missivas (1940-1977), compreendendo se a escritora se manifestou, ainda que silenciosamente, contra os governos ou em favor ou contra pautas sociais relevantes, como os direitos das mulheres, feminismo, etc., ou, ainda, se suas “revoluções” se restringiram ao campo pessoal-familiar.

De acordo com Franklin (2009, p. 17), no início do seu processo literário, Clarice vivenciou períodos da história do país importantes:

Como os demais intelectuais de sua geração, a jovem Clarice Lispector, quando iniciou sua obra literária, foi marcada pelos acontecimentos que abalaram o Brasil e o mundo nos anos de 1939 a 1945. Nesse período, ela, além de publicar seus primeiros escritos, estudou Direito na Universidade do Brasil, trabalhou na redação da Agência de Notícias do DIP, o poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas e depois no jornal A Noite. Esses anos coincidem exatamente com os tempos sombrios da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo (1937/45), período autoritário na história brasileira sob o comando de Getúlio Vargas.

O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, através do Decreto-Lei nº 1.915, e era diretamente subordinado ao Presidente da República. No rol de suas atribuições inserido no artigo 2º do Decreto-Lei, constam disposições que estabeleciam o controle e a limitação, inclusive, da produção literária

¹⁰ Regime autoritário iniciado no Brasil em 1964 após um golpe militar que durou 21 anos (1964-1985), ficando marcado pelas sucessivas violações aos direitos humanos por parte do Governo Militar de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Figueiredo.

nacional. Na alínea “a”, o Decreto-Lei prevê que o DIP tem como finalidade “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional” (BRASIL, 1915).

Era também atribuição do DIP controlar e “fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei”, conforme letra “b” do mesmo artigo (BRASIL, 1915). E não só, o DIP era responsável por, igualmente, controlar e censurar os serviços de turismo interno e externo, a imprensa, e por promover eventos que difundissem as atividades do governo interna e externamente, a fim de resguardar a imagem do Governo perante o mercado internacional, além da enaltação da própria imagem de Getúlio Vargas, como destaca Vieira (2017, p. 7):

Através do levantamento de fontes que fizemos até o momento, conseguimos identificar que o período mais intenso da produção editorial do DIP coincide com a direção de Lourival Fontes (1939-1942), no auge da ditadura do Estado Novo. Neste período, foram produzidos livros e artigos para periódicos sobre os temas centrais do projeto político do Estado Novo: centralização política e ampliação dos poderes do chefe do executivo federal; perda de autonomia política dos governos dos estados e municípios; valorização da organização administrativa municipal em detrimento da estadual; política trabalhista; intervenção do Estado em setores estratégicos como economia, segurança nacional, educação, cultura; relações internacionais, entre outros temas. Em todas as publicações, fica evidente que a intenção era divulgar as ações do governo e a figura de seu governante.

Vale ressaltar, entretanto, que no período em que as atividades do DIP eram vigorosamente exercidas, Clarice trabalhou como redatora para a Agência Nacional. As primeiras publicações dos contos de Clarice foram no início da década de 40, na revista semanal *Vamos Ler!*, que pertencia ao período em que Clarice viria a ter a sua carteira assinada em 1942, dentre os quais destaca-se *Triunfo, Eu e Jimmy e Trecho*, e é logo no início da mesma década que Clarice passa a acompanhar as atividades diplomáticas do marido, Maury, pelo Brasil e no exterior, de onde remete a maioria de suas cartas (GOTLIB, 2017, p. 19). Várias das fotografias que integravam o arquivo pessoal de Clarice possuíam a insígnia do Departamento e eram registros de suas entrevistas a autoridades do meio empresarial e artístico:

Ao longo de 1941, várias fotos guardadas no seu arquivo registram Clarice entrevistando pessoas do meio empresarial e artístico. No verso de algumas delas, aparecem as datas dos registros, com as iniciais DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão da Agência Nacional responsável pela divulgação das notícias e fundada pelo então presidente Getúlio Vargas, em plena ditadura do Estado Novo. [...] Clarice atua no jornal *A Noite*, periódico também comprometido com a ditadura de Vargas, a partir de 18 de fevereiro de 1942 e tem como seu diretor André

Carrazzoni. Esse mesmo diretor encaminhará carta ao Ministro Oswaldo Arranha, Ministro das Relações Exteriores, datada de 4 de setembro de 1942, louvando as qualidades da “jornalista brilhante”, que, desde bem criança vivendo no Brasil, tinha acentuadas cargas de brasilidade que também por isso justificariam a sua naturalização. É também seu diretor que atesta que Clarice trabalhava como redatora no jornal. E Clarice confirma essa informação em carta datada de 3 de junho de 1942 dirigida ao presidente Getúlio Vargas, em que se apresenta na condição de “ex-redatora da Agência Nacional (Departamento de Imprensa e Propaganda)” e “atualmente trabalhando n’ A Noite”, além de “acadêmica da Faculdade de Direito” e “casualmente, russa também”. (Gotlib, 2017, p. 19)

Como visto, com a criação do DIP, o governo passou a exercer o controle e censura das produções literárias e culturais no país. De acordo com Leitão (2011, p. 143), destaca, também, a criação do Instituto Nacional do Livro:

No contexto global, o mundo enfrentava a Segunda Guerra Mundial, o que impunha a Getúlio Vargas uma tomada de decisões com base e sustentada por uma orientação política externa. Foi com essa referência que o presidente da República criou duas instituições, utilizadas para fortalecer ainda mais os seus ideais e a propaganda política de seu governo: o Instituto Nacional do Livro (INL), que teve uma forte influência sobre o processo de difusão de livros no país, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja atribuição era manter sob controle os meios de comunicação de massa e a produção artística e intelectual. Ambas utilizaram estratégias para determinar os processos de publicação, distribuição e circulação de livros no país.

No cerne da censura e controle, vale mencionar a importância da figura do intelectual durante a ditadura varguista, que passa a buscar a aproximação da intelectualidade já marginalizada pelo Estado desde o início do século, como aponta Velloso (1987, p. 8-9):

No início do século, conforme lembra Nicolau Sevcenko, a intelectualidade sofria uma situação de marginalidade por parte do Estado, principalmente o grupo que se colocava numa perspectiva mais crítica em relação à sociedade, como é o caso de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Para estes intelectuais que se recusavam a ver a literatura simplesmente como o "sorriso da sociedade", percebendo-a antes como uma missão, como instrumento de transformação social, os caminhos não seriam fáceis. Os obstáculos de uma sociedade tradicional vetavam prontamente os seus projetos de atuação pública, restringindo e demarcando o lugar do intelectual para fora da arena política. Ao intelectual caberia, portanto, a reflexão, a quietude e o saber puramente erudito. Distante das misérias do mundo, ele deveria ser o "criador das ilusões" capaz de revelar o encanto, o lado feliz e leve da vida. Dentro deste quadro, política e literatura apareciam como coisas totalmente distintas: a primeira dizia respeito aos aspectos materiais da vida; enquanto a segunda falava do espírito, enfim dos valores tidos como superiores.

A figura do intelectual era, portanto, vinculada à necessidade de se produzir uma boa imagem da vida, destacando-a da cena política, entretanto, na vigência do Estado Novo¹¹, esta figura passaria a receber uma espécie de função social, passando o Governo a inserir o intelectual como parte do processo de construção nacional (Velloso, 1987, p. 9). Neste

¹¹ Período ditatorial imposto por Getúlio Vargas no Brasil, que perdurou entre os anos de 1937 e 1945.

contexto, o Estado passa a tecer críticas aqueles escritores que descavam em suas obras elementos que não representassem o país e sua “brasilidade”, vejamos:

É curioso como um dos ideólogos do Estado Novo - Cassiano Ricardo – efetua o confronto entre Machado de Assis e Euclides da Cunha. A obra de Machado é criticada pelo seu "cosmopolitismo dissolvente". Isto porque tomaria como inspiração apenas o litoral, visto como o lado falso do Brasil, onde predominaria a influência de valores alienígenas. Sua arte, para Cassiano Ricardo, seria, portanto, baseada no mimetismo. Já Euclides da Cunha aparece como aquele que "pensa brasileiromente"; sua obra representa a "força original da terra", porque falaria a "linguagem brasileira" dos sertões. Na arte euclidiana, segundo Cassiano Ricardo, estaria retratada toda a violência e força de um mundo novo. No Estado Novo, a obra de Euclides é recuperada pela sua dimensão regionalista, que traduziria a preocupação do autor com os destinos da nacionalidade. A doutrina do regime constrói todo um sistema de valores em função do qual resgata ou nega o valor do intelectual na sociedade. Assim, na obra de Euclides, a questão da brasilidade é a instância máxima de sua consagração. A ideia do intelectual como membro do grupo em comunhão com o nacional, está, então, firmada (Velloso, 1987, p. 9-10).

É destacando esse isolamento da figura do intelectual que podemos concluir que o seu lugar tem espaços diferentes na história e, precisamente durante o Estado Novo, o seu lugar era basicamente na produção de conteúdos que enaltecessem os feitos do governo, omitindo os problemas sociais porventura existentes, de forma a ratificar a imagem de solidez da política nacional perante outros países, como os EUA (Velloso, 1987, p. 9-10; Vieira, 2017, p. 2-3). Desse modo, de acordo com Velloso (1987, p. 14), no Estado Novo o intelectual passa a exercer a função de “representante da consciência nacional” e de “colaborador”, passando a rogar para si um dever junto à pátria:

É precisamente esta retórica antiliberal que iria fundamentar o novo papel atribuído ao intelectual. Assim, no liberalismo era aceitável que o intelectual fosse inimigo do Estado, porque este não representava o verdadeiro Brasil. A política era, então, a “madrasta da inteligência”, a medida que a excluía dos processos decisórios. No Estado Novo tal fato não ocorreria mais: o Estado se transformava no tutor, no pai da intelectualidade, ao se identificar com as forças sociais. A argumentação se desenvolvia no seguinte sentido: a partir do momento em que o Estado marca a sua presença em todos os domínios da vida social, não há por que o intelectual manter a sua antiga posição de opositor ou insistir na marginalidade. De inimigo do Estado, o intelectual deve se converter em seu fiel colaborador, ou seja, ele passa a ter um dever para com a sua pátria.

Assim, o durante o Estado Novo, o Estado passa a se aproximar do intelectual com a finalidade de que as suas manifestações culturais, sociais e suas produções literárias passem, portanto, à chancela estatal, “trazendo-as para o seio do Estado, que irá discipliná-las, e coordená-las” (Velloso, 1987, p. 15). Essa ideia fica expressada na criação do próprio Departamento de Imprensa e Propaganda, através do Decreto-Lei nº 1915/39, na alínea “a”, que estabelece que ao DIP compete “centralizar, orientar e superintender a propaganda

nacional”. Ou seja, ao controlar e gerir a produção e manifestação de seus intelectuais, o Estado manteria a solidez da imagem da política nacional:

Enquanto a Divisão de Imprensa, junto com a Agência Nacional, cuidava da produção de notícias para os jornais em circulação no país, a de Divulgação era responsável pela edição de outros tipos de impressos, como livros, folhetos, cartazes, etc. Nos termos do Decreto-Lei que aprovava o regimento interno do departamento, esta divisão deveria “fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artísticos da vida brasileira”. (...) Dentre os periódicos editados pelo departamento, o mais conhecido é a revista Cultura Política, que circulou mensalmente entre 1941 e 1945 sob a direção de Almir de Andrade. As inscrições de sua capa já evidenciavam ao leitor seu propósito de ser uma “Revista mensal de estudos brasileiros”. A revista discutia temáticas nacionais e divulgava as ações do Estado Novo, com o objetivo de esclarecer e propagar as transformações que o governo de Getúlio Vargas estava promovendo no país. Tamaña era a importância do periódico que seus textos foram reunidos e publicados em forma de livros, em comemoração ao aniversário de sessenta anos do chefe da nação, em 1943. Uma “separata de artigos e editoriais publicados, durante dois anos, em suas páginas, onde sempre estiveram presentes os pensamentos e as ações do Construtor do Brasil Novo” compuseram, então, O pensamento político do Presidente (1943). Embora o título e a apresentação levem a crer que os textos foram escritos por Getúlio, são de autoria de diversos intelectuais afinados com as ideias e projetos do Estado Novo (Vieira, 2017, p. 2-3).

É relevante destacar que a aproximação do Governo da intelectualidade foi pessoalmente reforçada durante o Estado Novo por Getúlio Vargas que, sendo o principal administrador da DIP, passa a também compor os quadros da Academia Brasileira de Letras, em 1943, e, em seu discurso de posse, passa a criticar o isolamento dos intelectuais da sociedade fomentado pela Academia, afirmando que os intelectuais caminhavam em sentido oposto aos políticos e administradores, situação que somente teria ganhado novo contorno a partir da década de 30, quando teria havido uma espécie de simbiose entre “homens de pensamento e ação”, se referindo aos intelectuais e políticos/administradores.

O objetivo claro do regime se debruçava na ideia de projetar o intelectual como porta-voz da sociedade a partir dos ideais e controles do Estado, estabelecendo-se, portanto, as elites intelectuais e políticas, em que “as primeiras pensam, as outras executam” (Velloso, 1987, p. 11-13; 18). Ademais, muito bem elucidada Igreja (2021, p. 125):

Sendo assim, é possível concluir que a censura durante o Estado Novo se preocupou com a moral e os bons costumes, mas esteve, sobretudo, ocupada com o combate à difusão das ideias revolucionárias, esquerdistas ou liberais contrárias ao regime. A censura estado-novista resultou na apreensão de diversos volumes, chegando a abalar o comércio editorial. As interdições, muitas vezes arbitrárias, como no caso dos livros infantis, deixaram sua marca através dos expurgos, apreensões e até das medievais e inquisitoriais fogueiras de livros. A fala de Gustavo Capanema reconhece o poder do livro como um difusor de ideias; no entanto, o medo dessas ideias – consideradas perigosas e sediciosas – tornaram os livros não um amigo,

como afirma o ministro, mas um alvo do combate contra a propagação dos discursos concorrentes ou discordantes.

Apesar de todo o controle exercido pelo Estado quanto às produções culturais e literárias, é neste ínterim que Clarice Lispector publica as suas primeiras produções, e é em 1942 que remete a sua primeira carta à Getúlio Vargas, objetivando a dispensa do prazo regimental do processo de naturalização (*Todas as Cartas*¹², 03 de junho de 1942, p. 136-137). Na carta, Clarice declara sua ligação com o país e os serviços então prestados:

Demonstrei minha ligação com esta terra e meu desejo de servi-la, cooperando com o DIP, por meio de reportagens e artigos, distribuindo aos jornais do Rio e dos estados, na divulgação e na propaganda do governo de V. Exa.^a. E, de um modo geral, trabalhando na imprensa diária, o grande elemento de aproximação entre governo e o povo. Como jornalista, tomei parte em comemorações das grandes datas nacionais, participei da inauguração de inúmeras obras iniciadas por V. Ex.^a, e estive mesmo ao lado de V. Ex.^a mais de uma vez, sendo que a última em 1º de maio de 1941, Dia do Trabalho.

A declaração de Clarice na missiva é revestida de relevância para este recorte analisado, referente à conjuntura política por ela experimentada no início do seu processo literário, que reflete dois pontos de vista que somente se poderá rechaçar a partir da análise detida das cartas: ou havia, por parte da escritora, genuína admiração pelo regime ou, em razão da censura e controle exercido pelo Estado, adotou, na carta, postura polida e de admiração apenas para alcançar a sua naturalização.

Como já visto, o processo literário de Clarice se inicia nos primeiros anos da década de 40 e, apenas em 1943, publica seu romance *Perto do Coração Selvagem* (1943), durante o Estado Novo. Seus próximos romances, *o Lustre* (1946), *A Cidade Sitiada* (1949), *A Maçã no Escuro* (1961) e *A Paixão Segundo G.H.* (1964), foram publicados na vigência da República Populista, que durou de 1946 a 1964, período em que alternam a Presidência da República José Linhares (1945-1946), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1954-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Durante a República Populista¹³, Clarice acompanha o marido Maury Gurgel Valente em suas atividades diplomáticas Brasil e mundo afora, tendo partido ainda nos anos finais do Estado Novo (1943), entretanto, mantém-se produzindo para os folhetins brasileiros, inclusive é neste período, também, que Clarice adota o pseudônimo de Teresa Quadros e passa a

¹² Livro-base da presente pesquisa: *Todas as Cartas*, com organização de Teresa Montero, 2023.

¹³ Período político democrático iniciado após o encerramento do governo provisório de José Linhares (e após o fim do Estado Novo), que durou entre 1945 e 1964.

escrever para as páginas femininas do jornal *Comício*, como aponta Gotlib (2017, p. 22), que complementa:

Esse primeiro período de atividade jornalística no Brasil encerra-se com sua partida para a Europa, em julho de 1943. Mas o vínculo com a imprensa continua, já que a ficcionista continua a publicar contos seus nos periódicos brasileiros. Enquanto está em Nápoles, envia para o Letras e Artes, suplemento do jornal *A Manhã*, o conto “O crime” (posteriormente intitulado “O crime do professor de matemática”), publicado em 25.08.1946, a ser incluído no volume *Laços de Família*, em 1960. E o conto “O jantar” é publicado nesse mesmo periódico em 13.10.1946 e seria incluído no volume *Alguns contos*, de 1952. Ou seja, prepara um repertório de contos que integrará os dois volumes a serem editados posteriormente. Enquanto isso, paralelamente aos contos, ao longo dos anos 1940 publica mais dois romances: *O lustre* (1946) e *A cidade sitiada* (1949). (...) A Clarice tem razão ao afirmar que sempre teve um pé na imprensa. Mas essa participação adquire novas configurações, ao aceitar escrever e diagramar páginas femininas para o jornal *Comício*, enquanto está no Rio de Janeiro, nos meses de intervalo entre sua estada na Europa e a futura estada nos Estados Unidos. A página ganhou o título de “Entre Mulheres”, que Clarice assinou com o pseudônimo de Tereza Quadros. Sua colaboração no periódico, dirigido por Rubem Braga, Joel Silveira, Rafael Corrêa de Oliveira, estendeu-se de 15 de maio, quando saiu o primeiro número do jornal, a 12 de setembro de 1952, num total de quatro meses. Nesse mesmo mês embarca para os Estados Unidos para uma estada prolongada de sete anos. O jornal teria seu último número lançado no mês seguinte a sua partida, em 17 de outubro.

Ainda segundo Gotlib (2017, p. 27), no *Jornal da Manhã* Clarice adota o pseudônimo de Helen Palmer e assina a coluna *Correio Feminino – Feira de Utilidades*, logo após seu retorno dos Estados Unidos, entre 1959 e 1961.

Durante o período de produção literária de Clarice, com o enfraquecimento do regime ditatorial, há a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que ocorreu através do Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945, criando o Departamento Nacional de Informações – DNI (De Luca, 2011, p. 274), entretanto, a censura toma novos contornos na nova sigla. De acordo com Garcia (2009, p. 10), a censura teria permanecido, agora nas entranhas do DNI:

Com o Estado Novo em fase de agonia, o DIP foi extinto, mas a censura permaneceu ativa sob a incumbência do Departamento Nacional de Informações (DNI). A extinção do primeiro e a criação do segundo visavam diluir o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas. Das cinco divisões do DIP, o DNI uniu a Divisão de Censura com a de Divulgação, conservou as Divisões de Radiodifusão, de Turismo e de Cinema e Teatro e criou a Agência Nacional. (...) A Divisão de Cinema e Teatro, por sua vez, sofreu poucas modificações com a reestruturação dos órgãos, exceto pela exclusão da censura à literatura política. Ao DIP competia “fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei”. Ao DNI restava “fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão [...] e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa”.

Complementa Garcia (2009, p. 11, 22) que essa censura, que se aparta da censura de imprensa da censura de diversões públicas, restaurou uma política de repressão policial, agora sob a ingerência do Serviço de Censura de Diversões Públicas – SCDP, na figura do Chefe de Polícia, com atuação autônoma nos Estados da federação, entretanto, apesar de representar a separação entre as censuras, não importou rompimento significativo com a atuação do próprio DIP e na forma como se praticava a censura no país. Este formado censório perdurou até 1964, quando passou a receber maior atenção dos militares durante a ditadura militar.

Já nos anos iniciais da Ditadura Militar, não houve a centralização ou regulamentação de um sistema de censura, o que causava confiscos sem qualquer parâmetro com a razão de preservar a Segurança Nacional e “objetivava confiscar todo material considerado subversivo, contra o Regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes” (Stephanou, 2011, p. 215). Em 1967, todavia, com a promulgação da nova Constituição, a censura passa a ser centralizada no governo federal (Reimão, 2014, p. 76):

Embora espaços do universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita, não houve nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. Essa ausência de uma regulamentação censória em relação a livros possibilita que entre os best-sellers de 1968 constem, por exemplo, clássicos do pensamento nacional de esquerda, como Um projeto para o Brasil, de Celso Furtado, e clássicos internacionais da literatura erótica, como Kama Sutra, literatura hindu de fisiologia e moral sexual, e Filosofia na alcova, do Marquês de Sade. A Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal, em Brasília. Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no governo federal.

Com a centralização do poder censório, o Governo Militar passa a exercê-lo rigidamente. De acordo com Ventura (1988, p. 285), “em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de 285 telenovelas foram censurados”. Reimão (2011, p. 13) aponta que, dentre os materiais censurados e confiscados, encontrava-se “exemplares de *Mater et magistra*, do Papa João XXIII”, que se trata de uma carta encíclica publicada em 1961, contendo disposições sobre a “recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã”, bem como destacada que o então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que organizou o expurgo de bibliotecas e “queimou livros de Éça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro”, em ações coordenadas entre os anos de 1964 e 1968. O AI-5 teve duração de dez anos (1968-1978).

Reimão (2011, p. 23) destaca que, entre os autores brasileiros que lideravam as vendas de livros no país durante a Ditadura Militar, estão Érico Veríssimo e Jorge Amado, que

lideravam, igualmente, um movimento de oposição à censura imposta pelo governo militar, recusando-se a submeter suas obras ao crivo dos censores, optando por publicá-las no exterior, e complementa:

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B, a Instrução número 1-70 de 24 de fevereiro que explicita que "estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes".

A atuação dos censores atinge fases distintas do processo literário, uma vez que é possível extrair elementos de autocensura, censura prévia e o confisco, como conclui Igreja (2021, p. 140):

[...] é possível afirmar que, durante a ditadura militar, a postura censória é fluida, isto é, passa por momentos de recrudescimento e outros em que é mais branda. Além disso, nota-se o esforço de conter as ideias antes, durante e após a veiculação dos conteúdos. Ademais, a motivação da censura promoveu uma atuação inconstante e subjetiva. No que tange aos livros, é possível entender que as ideias são reprimidas antes, quando é praticada a autocensura; durante, quando há a submissão dos títulos a censura prévia, e depois, quando um título já lançado é proibido. Apesar da diversidade de formas de conter a difusão dos discursos impressos, destaca-se que seu objetivo é sempre o mesmo: conter a pluralidade das ideias disseminadas através da palavra impressa a fim de garantir o controle e manutenção de seus projetos próprios. A vedação da presença de discursos plurais faz parte do conjunto de táticas para a manutenção do poder, através de uma hegemonia cultural. A queima, a proibição, a apreensão e o expurgo de livros são atos lastimáveis. No entanto, o propósito desse ato ataca diretamente os direitos intelectuais, o que é ainda mais grave. O desejo de homogeneização e de dominação tornaram-se, nos mais amplos sentidos, combustíveis para a fogueira de livros e de suas ideias.

Após um período marcado pelo exílio de milhares de brasileiros e da forte censura, a Ditadura Militar tem seu fim em 1985. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cai por terra a imposição de qualquer censura e se estabelece, finalmente, a liberdade às artes e meios de comunicação (Reimão, 2011, p. 47).

Desse modo, compreende-se que o período de efetiva produção literária de Clarice Lispector, inaugurado pela sua primeira publicação na revista *Vamos Ler!*, foi perpassado por quadros da história nacional relevantes, especialmente no que concerne aos períodos de intenso estabelecimento de censura político-cultural. A literatura, como visto, não passaria ileso ao processo censório intentado pelos governos ditatoriais, e é neste ínterim, no recorte temporal das cartas presentes no livro *Todas as Cartas* (1940-1977), que se funda o objeto da presente pesquisa.

4. TODAS AS CARTAS: A SUBJETIVIDADE E A RESISTÊNCIA DE CLARICE LISPECTOR

O livro pesquisado trata-se de uma edição ampliada prefaciada e anotada biograficamente por Teresa Monteiro, com ensaio crítico de Carlos Mendes de Sousa, organizada e posfaciada por Pedro Karp Vasquez e com pesquisa textual e transcrição de Larissa Vaz. O livro possui 957 páginas e reúne 287 cartas remetidas por Clarice aos mais diversos destinatários, predominando a troca de cartas da escritora com as irmãs Elisa Lispector e Tânia Kaufmann, entretanto, entre os destinatários estão figuras conhecidas, como Fernando Sabino, Lúcio Cardoso, Natércia Freire, Paulo Mendes Campos, Rubem Braga e outros intelectuais brasileiros.

Ao longo das missivas, a escritora estabelece um diálogo direto, em busca de notícias das irmãs e de atualizações do cotidiano familiar. A carta que inaugura a série da década é remetida do Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1940, tendo Clarice apenas 19 anos de idade, e é endereçada à irmã Elisa, que se encontrava em Juiz de Fora (*Todas as Cartas*, 2023, p. 115-116).

Importante, contudo, ressaltar que, apesar de intitulado *Todas as Cartas*, o livro objeto da presente pesquisa não cataloga a integralidade as missivas enviadas por Clarice, como destacado no seu posfácio:

Finalmente, cumpre esclarecer que o título *Todas as cartas* se insere no projeto editorial de sistematização da obra de Clarice Lispector iniciado com *Todos os contos* e continuado com *Todas as crônicas*, não devendo ser levado ao pé da letra, *stricto sensu*. Isso porque existem, evidentemente, outras correspondências da autora que não foram aqui incluídas pelo comitê editorial do presente volume, por serem julgadas pouco representativas ou francamente dispensáveis, tais como as missivas comerciais, bilhetes e recadinhos de caráter efêmero e sem interesse literário ou biográfico. (LISPECTOR, 2023, p. 891)

Durante a troca de cartas com diversos destinatários, é possível se extrair “conversas” da escritora em que se evidencia a assunção dos papéis de irmã, tia, esposa e mãe para além da Clarice escritora, dado o seu cuidado e preocupação geralmente esposado nas missivas com suas irmãs, Elisa e Tania, sua sobrinha Márcia, o marido Maury e com os filhos, Pedro e Paulo, todavia Pedro Karp Vasquez esclarece no posfácio:

[...] Muito embora possa discorrer acerca dos afazeres domésticos e dos percalços do dia a dia, sobretudo nas cartas endereças às irmãs, Tania e Elisa, Clarice não costumava perder tempo com confidências inúteis e, muito menos, ocupar-se da vida alheia. (Clarice, 2023, p. 887)

A postura de Clarice ao longo das cartas destinadas às irmãs evidencia a sua preocupação e anseio por notícias, sendo comum extrair dos documentos trechos em que a escritora se queixa da ausência de notícias ou atualizações das irmãs, o que se agrava à medida que Clarice se afasta geograficamente do Brasil:

Já mandei tantas cartas e não recebo nenhuma... O que acontece afinal? Será que a d. Zuza não avisa quando se pode escrever? Seria simplesmente imperdoável. O fato é que Maury e Mozart recebem cartas e eu não. Um dia desses, por isso, eu tive tanta raiva que meu coração se pôs a bater com força. Vou lhes dar o seguinte endereço: Clarice Gurval Valente, Consulado do Brasil, 422, FEB. Vocês põem a carta no antigo Banco Germânico e vamos ver se eu afinal recebo notícias. [...] A única coisa em que eu não me permiti pensar foi que vocês me esqueceram; nem que jurassem. (*Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann*, de Nápolis – 30/09/1944, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 189)

Recebi afinal cartas de vocês, as primeiras há quase quatro meses. Continuo não entendo por que não me escreveram antes, uma vez que tinha avisado que eu estava aqui, eu mesma escrito, e Maury recebia cartas da família. Espero porém que, mesmo não se esclarecendo esse mistério que me custou tantos dias de desespero, agora tudo esteja normalizado e que nenhuma mala do Vaticano chegue sem trazer uma palavra sequer para mim. (*Carta a Elisa Lispector*, de Nápolis – 13/11/1944, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 205)

[...] Já há dias recebi carta de Tania e você não me escreveu por falta de inspiração. Que menina impossível. Mas eu bem compreendo e sei que às vezes não se tem o que escrever mesmo quando se tem o que falar. Peço-lhe que, não tendo inspiração para escrever, mande-me então apenas um bilhete dizendo como vai. Mas não abuse de minha permissão, Leinha¹⁴!! (*Carta a Elisa Lispector*, de Nápolis – 20/04/1945, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 249)

Sem nenhuma carta para responder, de novo. Mas escrevo. A última carta recebida foi no dia vinte, datada de 15. Receio muito que vocês estejam me esquecendo. Me arquivaram depressa demais. De minha prisão em Berna, mando-lhes minhas lembranças comovidas... Estou brincando, naturalmente. Sei que estão muito ocupadas. (*Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann*, de Berna – 30/06/1946, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 327)

As queixas da escritora quanto a ausência de cartas ou a demora no recebimento das mesmas são frequentes durante todo o período, sendo inoportuna a transcrição de todos os seus trechos, cabendo, contudo, registrar que, da simples leitura, se extrai situação semelhante ao longo da maioria das cartas, fato que também é esclarecido por Pedro Karp Vasquez no posfácio: “chega a ser comovente ver Clarice solicitar cartas reiteradamente às irmãs e aos amigos, chegando ao ponto de implorar por elas, bem como ver com que irrestrita alegria ela recebia cada missiva” (Lispector, 2023, p. 889).

A demora é, por vezes, atribuída por Clarice às malas diplomáticas¹⁵, à falta de portador ou, mesmo, aos próprios portadores, como se vê, por exemplo, na carta remetida de

¹⁴ Leinha é um dos apelidos dados por Clarice à irmã Elisa.

¹⁵ Malote utilizado para o envio de documentos e objetos oficiais.

Nápoles, onde relata que, apesar de escrita no dia 30 de setembro de 1944, até 05 de outubro a carta ainda não tinha portador, com previsão de ser enviada através do embaixador Acioly¹⁶ apenas no dia 15 de outubro (Lispector, 2023, p. 191). Já na carta remetida de Berna, em 14 de abril de 1946, Clarice se queixa da atitude de Maury em enviar as cartas às irmãs por outro método: “Escrevam para o meu nome mesmo. Maury fez a bobagem de mandar as cartas de vocês pelo Duque de Caxias¹⁷. Foi uma decepção” (Lispector, 2023, p. 293).

Nesta primeira década de cartas organizadas no livro *Todas as cartas*, que é a que possui a maior quantidade, o paradeiro de Clarice se divide entre o Rio de Janeiro, Belém, Nápoles e Berna. Na década de 50, Clarice remete as cartas da Inglaterra e dos EUA e, no início da década seguinte (60), Clarice está de volta ao Rio, sendo a principal troca de cartas na década com o filho Paulo, que partia para os EUA em intercâmbio (Lispector, 2023, p. 87).

E é nesta divisão temporal que esta pesquisa se concentra, na busca de compreender as possíveis revoluções de uma Clarice que atravessou a guerra, governos ditatoriais, bem como daquela que se investiu na responsabilidade junto às irmãs, das atividades enquanto esposa de diplomada e, finalmente, de mãe, sem, contudo, deixar de lado a sua paixão pela escrita, como relata na carta à irmã Tania: “Cheguei mesmo à conclusão de que escrever é a coisa que mais desejo no mundo, mesmo mais que o amor” (Carta à Tania Kaufmann, de Fazenda Vila Rica, Estado do Rio – janeiro de 1942 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 134).

Para tanto, cumpre rememorar que Clarice e Maury casam-se em 1943 quando, em 19 de janeiro de 1944, viajam para Belém na primeira missão diplomática de Maury¹⁸. As cartas remetidas por Clarice a partir da mudança para acompanhar as atividades diplomáticas de Maury registram um outro lado da escritora: de esposa de Diplomata. A vida neste posto oficial, ainda que coadjuvante, é citada nas cartas, destacando uma espécie de insatisfação da escritora pela necessidade, especialmente, de interação social e pelo afastamento das irmãs e do Brasil:

Aqui (isso ainda é um restinho de que) não é tão divertido como vocês imaginam; penso que vocês acham que eu levo tal grande vida que menos cartas, mais cartas, me dá no mesmo. Que eu levasse essa maravilha de vida, e precisaria de cartas de vocês. Ainda mais, quando meu desejo é, sobretudo, estar aí, no Brasil. Não é que eu não esteja gostando daqui. Mas me amolo e me chateio sempre, em qualquer parte. [...] Continuamos morando no Consulado. Minhas atividades de dona de casa são nulas, felizmente. Eu não decido nada e só às vezes me meto; porque senão tudo cairia em cima de mim e mesmo o que fosse ruim por ser naturalmente ruim seria explicado como sendo erro meu. Tenho mais o que fazer do que cuidar de uma espécie de pensão: por exemplo, ficar sentada olhando para a parede. (...) Minha

¹⁶ Apesar do erro de grafia, Clarice se refere ao Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioli (1888-1962).

¹⁷ Indica-se o envio pela mala diplomática ou outro meio ao Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

¹⁸ Nota de rodapé nº 1 inserida na página 142 do livro *Todas as Cartas*, de autoria de Teresa Montero.

vida tem sido mais ou menos legal. Não me dou com quase ninguém. (Carta a Elisa Lispector, de Nápoles – 13/11/1944, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 205-207)

No ensaio crítico, Sousa (Lispector, 2023, p. 52) esclarece que a função assumida por consequência ao cargo do marido se contrapõe aos interesses íntimos da escritora e suas idealizações pessoais: “A vida de mulher de diplomata implicava relacionamentos e sociabilidades, a par dos contratempos vivenciados, coisas que não correspondiam às idealizadas projeções de uma intensa vida de escritora”, fato que é possível ser confirmado em trechos das cartas enviadas às irmãs em que Clarice afirma que “sobre a vida de senhora de diplomata há muitas palavras a dizer, e na verdade, pela sutileza própria do assunto, inteiramente indizíveis” e que “para mim não existem nunca lugares, existem pessoas. (...) Que vontade de abandonar tudo isso que não vale nada para mim e ir ao Brasil” (Carta a Elisa Lispector, de Roma – 03/01/1945; Carta a Tania Kaufmann, de Paris – 28/01/1947; in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 221, 385).

Em outras missivas, a insatisfação de Clarice também se evidencia, deixando transparecer, pelos relatos, que tal função exigia-lhe assumir uma personalidade que não era por ela bem quista e a que se habituara antes do casamento, abrindo para a interpretação do leitor a possível compreensão de introspecção e solidão ou, mesmo, de distanciamento da independência feminina e intelectual:

Não sei se estou louca por Paris. É difícil dizer. Com a vida assim parece que sou “outra pessoa” em Paris. É uma embriaguez que não tem nada de agradável. Tenho visto pessoas demais, falado demais, dito mentiras, tenho sido muito gentil. Quem está se divertindo é uma mulher que eu detesto, uma mulher que não é a irmã de vocês. É qualquer uma. É por isso também que não tenho escrito. [...] escrever para vocês pediria uma concentração que estou evitando porque se eu me concentrar uma vez, passo a não querer ver tanta gente e a estragar o programa de Maurry. (Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann, de Paris – janeiro/1947, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 387)

Nem todos são bastante fortes para suportar não ambiente propriamente, nem amigos. Cada vez mais, admiro papai e outros que, como ele, souberam ter “vida nova”; é preciso ter muita coragem para ter vida nova. Nessa carreira se está completamente fora da realidade, não se entra em nenhum meio propriamente – e o meio diplomático é composto de sombras e sombras. É considerado mesmo de mau gosto ter um gosto pessoal ou falar de si ou mesmo falar de outros. Ninguém se dá propriamente com um diplomata; com um diplomata se almoça. Isso tudo – e mais o conforto, as facilidades e a instabilidade – faz com que eles se considerem à parte ou acima dos outros. (Carta a Tania Kaufmann, de Berna – 22/10/1947, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 435-436)

Os desafios enfrentados por Clarice na condição de “esposa de diplomata” são destacados no prefácio de Carlos Mendes de Sousa (Lispector, 2023, p. 15): “A escritora tenta caber no seu destino de mulher, conciliar as tarefas domésticas, os compromissos diplomáticos e a maternidade. Ela quis sempre conciliar a mãe e a escritora”.

Ainda em tenra idade, com a perda da mãe, Clarice passa a ser cuidada pelo pai e pelas irmãs. A forma de criação de Clarice, para além do educativo, já narrado no capítulo anterior, foi objeto de zelo do pai. Clarice ingressa na faculdade de Direito e, ainda durante o curso, casa-se com Maury, sendo a vida diplomática uma consequência da união, que perdura por cerca de 15 anos. A relação com Maury, por seu turno, até a efetiva separação, não é objeto de muitos relatos ao longo das cartas. Todavia, em uma única missiva, destinada à irmã, Tania, Clarice dá detalhes mais íntimos da relação com Maury, dando enfoque ao seu comportamento afetivo com o marido:

Não houve nada senão a oportunidade de uma nova declaração de M¹⁹. como aquela feita poucos dias antes de embarcarmos e que quase me fez ficar. Diante de um começo de cena que eu fiz, horrivelmente magoada, ouvi de novo o que eu sabia desde sempre – sempre fui um pouco cínica -: a de que os homens são assim mesmo, que possivelmente a monogamia não seja o estado ideal, que naturalmente ele sente atração pelas mulheres. Que a sensação é de deslumbramento e timidez; disse-me não interpretasse demais, mas que era uma vaga sensação de vaidade de alguém poder gostar dele; perguntei: então você se sente na sociedade (vínhamos de estar com pessoas) como um rapaz que vai à festa? Ele respondeu que sim. Mas que eu seria sempre a melhor de todas e outras coisas do gênero. Que certamente ele sempre se controlara. [...] Eu sei que sou bem ordinária, sei que sou a pior; nunca pensei que uma pessoa, um homem, fosse diferente; mas como me sinto mal, como estou calcinada, como me parece estranho tudo o que me parecia familiar. Estou tão enojada de mim e dos outros. O pior é que estou me sentindo a mais miserável das mulheres... Não tenho a menor confiança em mim, basta uma carinha bonita, um braço de fora, um andar mais gracioso, para eu, por assim dizer, cair em mim. Me sinto como uma pessoa que se não fizer alguma coisa que a reabilite, se afoga. Para não ser tão humilhada e pisada eu procuro me interessar por homens e isso até me cansa, me desvia do meu trabalho que é a coisa mais verdadeira e possível que eu tenho. O resto é sensibilidade ferida, é insatisfação, é absoluta insegurança quanto ao futuro, é incompreensão do presente, é indecisão quanto aos próprios sentimentos. Estou ficando cínica e sem pudor. Que me interessa que isso suceda a outras mulheres? O que para umas é condição da própria feminilidade, noutras é a morte desta e de tudo o que é mais delicado. Sei que eu mesma não presto. Mas eu te digo: eu nasci para não me submeter; e se houver essa palavra, para submeter os outros. Não sei por que nasceu em mim desde sempre a ideia profunda de que sem ser a única nada é possível. Talvez minha forma de amor seja nunca amar senão as pessoas de quem eu nada queira esperar e ser amada. Sei que isso é egoísmo e falta de humanidade. Mas se eu fosse me modificar não me transformaria numa mulher normal e comum, mas em alguma coisa tão apática e miserável como uma mendiga. [...] Eu gosto de M. e poderia viver bem com ele se afinal eu soubesse da liberdade dele com cinismo e profunda falta de pudor e sentimento de ironia. [...] Não sei o que fazer. Só me ocorre ir ao Rio, passar aí um mês ou dois, dar a ele a liberdade de não se controlar, de ter uma vida como ele não teve tempo de ter porque se prendeu cedo demais, e depois voltar cicatrizada e serena. A ele mesmo isso não repugna, só dar a separação; mas ele nada responde a ter plena liberdade enquanto eu estiver fora. E eu a mesma tê-la, contanto que lhe conte depois. É evidente que ele preferiria que eu, enquanto isso, ficasse sossegada, trabalhandinho. Mas ele me conhece bem e porque me conhece e tem medo de represálias é que ele se controla. (Carta a Tania Kaufmann, de Belém – 08/07/1944, in: *Todas as Cartas*, 2023, 170-172)

¹⁹ Maury.

Na missiva, Clarice evidencia uma discussão com Maury acerca do suposto interesse do marido por outras mulheres e destaca a sua insegurança em relação a si mesma. Apesar de confessar ao longo da carta que nasceu para não se submeter, complementando que nasceu, contudo, para submeter aos outros, a escritora, de certa forma, deixa transparecer que, apesar de acreditar nas relações monogâmicas, daria ao marido a liberdade de experimentar “uma vida pela qual ele se sente atraído” (Lispector, 2023, p. 172).

Este posicionamento de Clarice, especialmente diante do seu lamento sobre a fala do marido de que a monogamia não seria o “estado ideal”, abre espaço para uma breve discussão sobre as relações monogâmicas e a sua ligação com a colonização do afeto. Apesar de construir sua narrativa na carta *suso* transcrita lamentando a visão de Maury sobre a relação do casal, que era monogâmica, Clarice se questiona acerca do seu próprio modo de sentir, da sua própria personalidade ao longo da carta, destacando-se os trechos em que se autodescreve (Lispector, 2023, 170-172):

[...] eu sei que sou bem ordinária, sei que sou a pior; nunca pensei que uma pessoa, um homem, fosse diferente; mas como me sinto mal, como estou calcinada, como me parece estranho tudo o que me parecia familiar. [...] o pior é que estou me sentindo a mais miserável das mulheres... Não tenho a menor confiança em mim, basta uma carinha bonita, um braço de fora, um andar mais gracioso, para eu, por assim dizer, cair em mim.

A forma como se autodescreve assume uma característica curiosa: a de que, apesar de concordar com a monogamia, a escritora se autopune por sustentar sentimento parecido ao do marido. Uma das principais militantes da causa anticolonial, a psicóloga e escritora Geni Nuñez esclarece que uma das características da moralidade cristã está ligada ao punitivismo, ou seja, ao pensar ou agir fora deste cerne, assume-se a postura de autopunição, ainda que o indivíduo não seja, necessariamente, cristão:

A racionalidade cristã opera de modo central em noções como culpa, punitivismo e mérito/meritocracia, orientando profundamente a moralidade do mundo moderno no dito ocidente. Desde as cartas jesuíticas podemos observar que uma agenda cristã vai se impondo como única narrativa do que é ser homem e mulher de “verdade”, de quais seriam os trabalhos possíveis a cada gênero, qual o lugar do prazer, da sexualidade e qual família seria a (pretensamente) natural. [...] Importa frisarmos que os efeitos do cristianismo nas racionalidades modernas não são frutos diretos de uma afiliação religiosa específica, mas resultados de uma matriz colonial que nos atravessa a todos de alguma forma, inclusive àqueles auto identificados como ateus. Reconhecendo essas complexidades, o exercício de descolonização de nossas práticas envolve o cuidado de não pessoalizar o fundamentalismo religioso em indivíduos ou igrejas específicas, mas em localizá-lo a partir de um projeto global de pensamento. (NUÑEZ, 2021, p. 80)

Embora Clarice em nenhum momento se apresente num campo externo à monogamia, não raro nos depararmos com informações acerca das suas paixões por Lúcio Cardoso e Paulo

Mendes Campos que, em momentos distintos da sua vida (juventude e maturidade) não foram paixões correspondidas, de acordo com Teresa Montero (2021, p. 1015). Importante compreendermos que o modelo social colocado à disposição de Clarice herdado culturalmente, religioso e socialmente segmentavam o sentir no aspecto monogâmico, invalidando outras formas de afeto que não fosse tradicional. Em *Todas as Cartas*, contudo, nenhuma dessas paixões é retratada, nem indiretamente.

Chama a atenção a posição de Clarice de respeitar o desejo natural do marido, ainda que, para isso, considerasse abrir mão da sua crença pessoal sobre o sentir. Como já dito, apesar de lamentar o comportamento dissipado de Maury quanto às regras da monogamia e do relacionamento do casal, a escritora considera se retirar de cena para que o marido pudesse viver o que chama de “se prender cedo demais”, ou seja, para que pudesse se relacionar com outras mulheres e para que ela, igualmente, o pudesse fazer no período de afastamento do casal (Lispector, 2023, p. 170-172). De certa forma, este comportamento pode descrever a primeira das suas revoluções pessoais: extrapolando as regras da monogamia e experimentar novos afetos.

Apesar de fazer essa sinalização, Clarice não retorna ao Rio, como desejado na carta, tampouco registra nas cartas seguintes a decisão do casal ou outros comportamentos similares do marido. Todavia, com o nascimento do filho primogênito do casal, Pedro, Clarice tece elogios ao marido: “Maury tem sido tão bom e carinhoso, tem dormido aqui todas as noites, apesar de eu já poder dispensar” (Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann, de Berna – 11/09/1948, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 473). Elogios como este são repetidos ao longo de outras cartas.

O motivo da separação do casal, por sua vez, não é retratado diretamente nas cartas, todavia, Clarice registra informações sobre o estado psicológico do marido na carta endereçada à irmã Tania, em 02 de novembro de 1958 (Lispector, 2023, p. 787): “Maury está fazendo finalmente psicanálise, depois de ter perdido três anos em não querer (há três anos foi aconselhado a ele)”. Na carta seguinte, datada de 29 de novembro de 1958 (p. 788), e endereçada às irmãs, Elisa e Tania, Clarice volta a dar informações, desta vez sobre a relação do casal: “Minha situação com Maury está mais calma, mas no mesmo sentido. Parece que entraremos numa rotina melhor. O tempo informará sobre o melhor caminho.”

Apenas na carta escrita às irmãs Elisa e Tania, em 30 de maio de 1959, é que Clarice volta a falar mais detalhadamente da relação havida com Maury, agora seu ex-marido:

Creio que Maury está aos poucos entendendo que minha amizade por ele é imensa, que eu farei ou faria por ele tudo o que uma grande amiga faria. Também não creio que fizesse bem a ele ou a mim a grande tensão em que vivíamos. Maury, por exemplo, se roía com ciúmes imaginários, e mal aguentava o peso da responsabilidade de eu viver com ele (vivia me vigiando tanto, não por ciúme, mas por qualquer outro motivo, que as festas obrigatórias que fazíamos eram uma tortura para ele, e eu perdia o mínimo de espontaneidade que se possa ter nessas ocasiões). Com crianças nunca sobrecarreguei Maury, porque a situação sempre foi de tal ordem que eu é quem vivia os enormes problemas, no sentido de tentar resolvê-los – mas isso não impedia Maury de sentir sempre as crianças como um peso. Com isso quero dizer, que viver conosco (comigo e com as crianças) causava tensão nele, mesmo estando longe de ideal. Essa tensão que a responsabilidade, como pai e marido, lhe causava, a ponto de ele claramente fugir a essa responsabilidade (sempre que havia um problema de família, ele me sugeria ir para o Brasil por uns seis meses) – como eu ia dizendo, essa tensão teria sensivelmente diminuído se ele tivesse querido ir quatro anos atrás ao psiquiatra, e ver se descobria por que ele preferia sempre e sempre, fugir em vez de encarar, de conversar. Ele só foi ao psiquiatra quando falei mais sério na separação. (Lispector, 2023, p. 812-816)

A partir deste relato, evidencia-se, portanto, a segunda das revoluções de Clarice, essa no aspecto pessoal: a separação. Numa época em o casamento era considerado um vínculo indissolúvel, estava em vigência no país a Constituição Federal de 1946, que previa: “Art. 163. A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado” (BRASIL, 1946). O divórcio somente seria permitido no país no ano de 1977, através da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro, pouco mais de 15 dias depois do falecimento de Clarice. É daí, portanto, que sua atitude ganha caráter, de certo modo, revolucionário.

Já separada de Maury, Clarice remete algumas cartas que demonstram aceleração do seu processo literário, como é o caso da carta remetida a José Simeão Leal, em 10 de março de 1959, em que Clarice cobra a devolução dos originais entregues ao Ministério da Educação para publicação quatro anos antes, por motivos financeiros (Lispector, 2023, p. 797-798).

A obra “Laços de Família”, publicada em 1960, inaugura a fase produtiva de Clarice após a separação. O maior número de publicações de Clarice se deu após a sua separação (a partir da década de 60) e com os filhos já crescidos, o que leva à compreensão de que a vida diplomática e pessoal de Clarice teria atenuado a força da sua produção durante o período em que esteve casada com Maury e à frente de suas atividades oficiais, fato que é relatado pela escritora em algumas das suas cartas.

De mais a mais, no enfoque do objetivo da presente pesquisa, cumpre esclarecer que se busca com ela compreender a existência de sinais revolucionários da escritora no campo político-cultural contidos nas missivas trocadas com os mais variados destinatários, inclusive no contexto pessoal. Embora outras fontes possam apresentar eventual aproximação da

escritora com um ou outro espectro político ou um ou outro movimento, este trabalho limita-se à análise detida do conteúdo das cartas.

Como amplamente narrado ao longo do presente capítulo, Clarice remete cartas a diversos destinatários, predominando a troca de cartas com as irmãs. O tom pessoal dado às missivas aproxima o leitor da escritora, sendo possível analisar o texto de determinada carta que pode (mas não frequentemente é) ser complementado nas missivas seguintes. É particularmente nas cartas trocadas com as irmãs que informações valiosas da postura, comportamento e pensamento da escritora são vistas com maior frequência.

Remontando aos eventos históricos atravessados por Clarice, cumpre esclarecer que, até 1959, quando se separa do marido, Clarice vive no exterior acompanhando-o nas atividades diplomáticas. Portanto, opiniões ou críticas ao contexto político-cultural não são vistas de maneira explícita ao longo das cartas, tanto é que, nas cartas endereçadas ao então Presidente Getúlio Vargas, Clarice afirma ser sua “sincera admiradora” (Lispector, 2023, p. 139). Além do que, como visto nos capítulos anteriores, Clarice trabalhou, antes do casamento, no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, da Agência Nacional, durante o governo de Getúlio Vargas.

Todavia, a biógrafa de Clarice, Teresa Montero (2021, p. 90), aponta que a escritora assinou “O Manifesto dos Intelectuais”, em 1962, em apoio à política externa do Chanceler San Tiago Dantas:

O Manifesto dos Intelectuais” expressou solidariedade e apoio integral à orientação adotada pelo então ministro das Relações Exteriores de João Goulart, o chanceler San Tiago Dantas, à frente da Política Externa do país. Conforme lê-se no jornal: “Defendendo os princípios da autodeterminação dos povos, do respeito à soberania nacional, e da coexistência pacífica, com o alto objetivo de aliviar as tensões sociais que ameaçam o mundo com os perigos de uma guerra de extermínio total, o chanceler levou o Brasil ao primeiro plano do panorama internacional, valorizando ao máximo, no concerto das Nações, a expressão do nosso pensamento político que nos situa como uma nação realmente livre e soberana, econômica e politicamente independente”. O documento foi assinado, entre outros, por Jorge Amado, Vinicius de Moraes, Millôr Fernandes, Antonio Callado, Di Cavalcanti, Eduardo Portela, Lúcia Benedetti, Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Scliar

As cartas, porém, não indicam sua relação com o governo, sua ideologia, tampouco nenhum outro envolvimento político da escritora ou mencionam tal chanceler. Embora se buscasse com a pesquisa compreender Clarice no aspecto estritamente político-ideológico a partir dos seus relatos pessoais nas missivas, não foi possível, como dito, traçar este perfil exclusivamente com base nas informações de *Todas as Cartas*.

Já noutro aspecto, ao analisarmos Clarice no aspecto familiar, na criação e no percurso pessoal da relação com as irmãs e outros membros da família, verificamos que as cartas

retratam opiniões particulares da escritora quanto a criação da sobrinha Márcia, que podem nos levar à discussão sobre uma possível terceira revolução: a liberdade artística e feminina.

Eu queria tanto que você não se aborresse com as desobediências de Marcinha, que você só tirasse alegrias e tranquilidade dessa menina. Seja boazinha, não ligue, ela vai se criando tão bem; uma curta falta de apetite dela não deve fazer você desesperada. (Carta a Tania Kaufmann, de Belém – 18/03/1944, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 155)

Querida, não pense que se Marcia tivesse vocação para trabalhar em alguma coisa de arte ela sofreria. Quanto uma pessoa é viva em todos os sentidos, isso não acontece. Por falar nisso, querida, eu não tenho o direito de aconselhar ou pedir, mas acho que você deveria deixar Marcinha se expandir em todos os terrenos. Não é necessário que ela faça de um desses “terrenos” uma “profissão” – mas expandir-se é a própria alegria de viver. Não se pode fechar o coração de uma florzinha e obriga-la a se abrir somente em determinada época e em determinado sentido (Carta a Tania Kaufmann, de Berna – 05/05/1946 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 307)

Como vai Marcinha, como ela está aproveitando o colégio. Tania, querida, se o colégio não é bom por algum motivo, não há necessidade de deixá-la lá; ela pode ter um professor particular, quando for mais crescidinha, que lhe dê através da língua uma noção do que ela e nós somos sem que seja preciso desde já marcá-la com uma diferença. Marcia é muito pequena, querida; não é necessário que lhe deem problemas desde já e que ela ouça desde já, através dos professores, histórias tristes”. (Carta a Tania Kaufmann, de Berna – 08/05/1946 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 311)

Agora eu queria pedir um favor: pense bem na história de Marcia não estudar dança. Isso é um crime, querida. Eu não queria que Marcia tivesse razão de queixas de você. Pense bem, eu lhe peço. Ninguém tem o direito de torcer e moldar demais destinos, mesmo que sejam os dos próprios filhos, suponho. Pense bem, querida: moças das melhores famílias estudam. E se ela quisesse ser dançarina, que é que tem, querida? Que coisa mais bonita existe em dançar? A Bluma passou a vida toda querendo e a mãe não deixou e ela não esquece. Mas era uma mãe antiga. Você disse que não queria que a Marcia fosse artista de nenhum modo. Querida quem faz arte sobre como os outros só que tem um meio de expressão. (...) Querida, é do tempo antigo a história de que o palco é horrível. No Rio as melhores famílias deixam as filhas estudar. (...) Pense bem, querida, não se deixe levar por preconceitos tolos. Não marque desde logo Marcinha com um preconceito. (Carta a Tania Kaufmann, de Berna – 15/06/1946 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 306-307)

A escritora deixa evidente a sua opinião quanto à forma de criação da sobrinha e exara nas cartas indícios de um posicionamento contra preconceitos, a favor da liberdade de escolha, este último princípio basilar da filosofia existencialista, estudada por Clarice e também referenciada em algumas de suas cartas. Na carta enviada à irmã Elisa, em 17 de julho de 1946, Clarice menciona suas impressões sobre a filosofia existencialista:

Antes quero falar do existencialismo, porque você se interessou. E vou mesmo lhe mandar um livrinho sobre essa filosofia, do mestre mesmo, Jean-Paul-Sartre. [...] Para Sartre a existência precede à essência, no sentido de que existir precede isso que nós somos; e que somos o que nós mesmos escolhemos ser. (Carta a Elisa Lispector, de Berna – 17/07/1946 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 339-340)

Não há nas cartas maiores elementos ou confissões de Clarice acerca da adoção da filosofia existencialista, porém, de acordo com Nunes (1986, p. 94), “Qualquer que seja a posição filosófica da escritora, o que certo é que a concepção-do-mundo de Clarice Lispector tem marcante afinidade com a filosofia existencialista”, o que leva a entender que, ainda que tenha inaugurado seus conhecimentos sobre a filosofia no período da troca de cartas, Clarice adotou-a durante todo o seu processo criativo.

Uma das escritoras mencionadas ao longo das missivas por Clarice que a aproxima das discussões sobre gênero e da própria filosofia existencialista é Simone de Beauvoir. Em trecho da carta remetida a Fernando Sabino (1946), Clarice diz que lendo *L'invitée*²⁰, livro de Simone de Beauvoir lançado em 1943 (2023, p. 354). Clarice volta a mencionar a escritora na carta remetida a Pierre de Lescure²¹ (1955), quando responde ao editor que “é exagero me comparar à Simone de Beauvoir” (2023, p. 627). A admiração pela escrita de Simone, que é marcada pelo existencialismo, é novamente mencionada na carta enviada às irmãs Elisa e Tania (1955), quando a escritora menciona o romance *Les mandarins*²², também de Beauvoir.

Essa aproximação com as obras Beauvoir, sua contemporânea, aproxima Clarice, conseqüentemente, de questões emergentes da sua época, o que nos leva a compreender que a filosofia existencialista era do mesmo modo considerada pela mesma em seus relacionamentos com a família, sobretudo com as irmãs e sobrinha Márcia, à medida que defendia a liberdade das irmãs e, sobretudo da sobrinha Márcia, de se expressarem artística e socialmente, alheias às opiniões da época.

Clarice nunca se declarou feminista, porém, outra das revoluções silenciosas da escritora delatada por suas cartas é a do reconhecimento da mulher à frente de lugares de destaque, como a Academia Brasileira de Letras – ABL, como é o caso carta remetida poucos dias antes da sua morte à amiga Lygia Fagundes Telles (a última do livro):

Fiquei muito contente com o fato de Rachel de Queiroz entrar na A.B.L. Se eu tivesse poder, daria a segunda vaga a Dinah Silveira de Queiroz que conseguiu para a mulher brasileira um lugar ao sol. Embora eu não deseje morte para ninguém, sugiro que a terceira vaga seja preenchida por Lygia Fagundes Telles. Estão achando que sugiro mulheres demais? Não, é que a Academia Brasileira de Letras tem uma grande dívida para com as mulheres. E se Nélida Piñon estivesse na Academia, esta sofreria uma modificação revolucionária, pois Nélida tem coragem para renovar. (Carta a Lygia Fagundes Telles, sem local – novembro/1977, in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 878)

²⁰ O título em português desta obra de Simone de Beauvoir é *A convidada*.

²¹ Editor da editora francesa Plon.

²² O título em português desta obra de Simone de Beauvoir é *Os mandarins*. Na nota nº 1 de Teresa Montero, inserta na página 634 *Todas as cartas*, menciona-se que tal obra descreve “os círculos existencialistas parisienses do pós-guerra”.

De mais a mais, outro ponto relevante durante a troca de cartas de Clarice com as irmãs são suas impressões (poucas) sobre a guerra:

É verdade que se culpa a guerra de muita coisa que sempre existiu aqui. A prostituição, por exemplo, sempre foi aqui um grande meio de vida. Contam-nos que agora os meninos na rua oferecem as irmãs, o marido que diz que tem uma moça muito bonita e no fim sabe-se que é a mulher dele, etc.; mas todos dizem que é isso sempre. Tem aqui e que o povo napolitano é o + sem vergonha do mundo. Os italianos dizem que a vergonha da Itália é Nápoles. Roubam como podem, e não sou eu quem os acusaria. Aliás, quando estive em Lisboa, que não está em guerra, fiquei boba. Não se dá um passo sem que alguém não peça esmola. E me disseram que a prostituição lá é terrível, abundantíssima e desde a idade de 13, 14 anos. A guerra é boa talvez no sentido de chamar a atenção para certos problemas. Talvez incorporem estes na resolução de outros propriamente de guerra. (Carta a Elisa Lispector, de Nápoles – 12/01/1945 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 236)

Uma das coisas de que eu estou surpreendida e vocês certamente também é que no bilhete de hoje de manhã não falei no fim da guerra. Eu pensava que quando ela acabasse eu ficaria durante alguns dias zozza. O fato é que o ambiente influenciou muito nisso. Aposto que no Brasil a alegria foi maior. Aqui não houve comemorações senão feriado ontem; é que veio tão lentamente esse fim, o pouco está tão cansado (sem falar que a Itália foi de algum modo vencida) que ninguém se emocionou demais. Naquele filme Wilson vocês viram a parte natural do fim da guerra de 14: uma alegria doida. Mas agora não. Eu estava posando para De Chirico quando o jornalista gritou: É finita la guerra! Eu também dei um grito, o pintor parou, comentou-se a falta estranha de alegria da gente e continuou-se. Daqui a pouco eu perguntei se ele gostava de ter discípulos. Ele disse que sim e que pretendia ter quando a guerra acabasse... Eu disse: mas a guerra acabou! Em parte a frase dele vinha do hábito de se repeti-la, e em parte do fato de não ter mesmo a impressão exata de um alívio. (Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann, de Nápoles – 09/05/1945 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 257-260)

Estas impressões de Clarice remontam a ideia de uma pessoa preocupada naturalmente com as questões sociais e, neste contexto, com as consequências da guerra. Os problemas sociais relatados pela escritora a partir da sua observação na cidade italiana é precisa: existiam problemas sociais anteriores ao estado de guerra, como a prostituição, como exemplifica. Ao mencionar a idade de ingresso na prostituição, Clarice evidencia a gravidade do tema que, como ressaltou, era realidade numa região que não estava em guerra (Lisboa). Apesar de fíada, Clarice esclarece às irmãs que a guerra não apresentava em Nápoles “impressão exata de um alívio”, talvez porque as consequências gerais do cenário não pudessem entregar outra sensação.

E Clarice complementa tal compreensão com mais uma opinião esposada em outra missiva:

O que tem me perturbado intimamente é que as coisas do mundo chegaram para mim a um certo ponto em que eu tenho que saber como encará-las, quero dizer, a situação de guerra, a situação das pessoas, essas tragédias. Sempre encarei com revolta. Mas ao mesmo tempo que sinto necessidade de fazer alguma coisa, sinto que não tenho meios. Você diria que eu tenho, através do meu trabalho. Eu tenho pensado muito nisso e não vejo caminho, quer dizer, um caminho verdadeiro. Talvez

eu não esteja vendo o problema maduro, pode ser que a solução venha daqui a anos, não sei. (Carta a Tania Kaufmann, de Berna – 08/05/1946 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 310-311)

A preocupação de Clarice com tais questões, ainda que poucas, e ausência de relatos pormenorizados das questões enfrentadas à época ou de medidas enérgicas da escritora nos levam a concluir que a proximidade da escritora com o Itamaraty²³ pode ter influenciado no seu posicionamento político, tendo em vista que os relatos de Clarice ao longo das missivas nos transparecem uma mulher de opinião forte e independente.

Há um indicativo nas cartas de que a sua relação diplomática anterior ainda reverberava nas suas preocupações (Clarice já estava em vias de separar ou separada de Maury), quando confessa às irmãs que a proximidade com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, a incomodava. Clarice inaugura a carta em que se queixa com as irmãs sobre Alzira com a advertência: “cuidado com esta carta”:

É claro que esta carta é confidencial. Alzira, dois dias depois de chegar aqui, começou a me procurar. Trata-se de uma pessoa muito solitária, e sem jeito de pedir um pouco de calor. Por orgulho meu, eu não dar, não queria confusão entre o que poderia ser uma amizade e o que poderia ser tomado como adesão a ideias ou ao que fosse. Como sempre, queria ter com quaisquer embaixadores uma atitude apenas de cordialidade, mas nunca de intimidade. Outro motivo por que eu me afastava, é que doía que houvesse uma confusão entre minha aproximação de A. e meus interesses. Tudo o que eu fazia para ela me causava tensão e conflito íntimo. (Carta a Elisa Lispector e Tania Kaufmann, de Washington – 02/02/1958 in: *Todas as Cartas*, 2023, p. 771)

Anos depois, a Ditadura Militar se instauraria no país, exilando artistas e intelectuais e impondo a censura a diversas obras literárias e outros produtos culturais. O distanciamento das cartas de Clarice de temas políticos, como dito, talvez possa ser explicado pela natureza da sua função diplomática conjugal, em que as missivas eram comumente transportadas por mala diplomática oficial ou portadores oficiais e, posteriormente, pelo enfraquecimento da utilização das cartas pela escritora como meio de comunicação, seja pelo uso de telefone, seja pelo retorno ao Brasil, aproximando a escritora do seu círculo social.

De qualquer modo, resta evidente que algumas revoluções ocorreram silenciosamente através da troca de cartas entre Clarice e os diversos destinatários. A postura da escritora, ainda que indireta, denota a sua vontade de fazer mudança, como acusa à amiga e escritora Olga Borelli (Lispector, 2023, p. 874): “Cursei Direito porque desejava reformar o mundo.” E complementa que, apesar de distante de movimentos de qualquer natureza possui “uma

²³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil, órgão ligado ao Poder Executivo.

consciência crítica suficientemente formada para apontar os abusos e explorações [de] que eu e a maioria dos meus colegas somos vítimas”.

É evidente que tanto Clarice quanto as irmãs sabiam da sua arma de guerra: a escrita. A escritora, todavia, apesar de sapiente, deixa evidente na carta a incapacidade de consensualizar a maneira como a usaria. Clarice certamente tinha ciência do potencial revolucionário da sua escrita, tanto é que reconhece em uma das cartas que uma das características de Tereza Quadros²⁴ era ser um pouco “feminista” (Lispector, 2023, p. 563).

Muito embora Clarice não se diga feminista, seu posicionamento do movimento se aproxima à medida que defende a liberdade e o protagonismo feminino no mercado literário, nos espaços de poder. Embora não se apresente flagrantemente contra a ditadura, busca se afastar dos ideais que ferem os princípios democráticos e pessoais. Clarice causa uma revolução silenciosa através de suas palavras e opiniões datilografadas à medida que escreve o seu ponto de vista crítico, ácido e humano durante as suas missivas.

Assim, compreendemos, a partir da presente pesquisa, que as revoluções presentes nas missivas remetidas por Clarice Lispector se concentraram na esfera pessoal, sendo marcadores de movimentos silenciosos da escritora, seja na defesa dos seus interesses pessoais ou do bem-estar e comportamento social de familiares e amigos. A ausência de posicionamento claro e público não é, de nenhum modo, capaz de afastar tais movimentos ou atenuá-los, pelo contrário evidenciam que a escritora usou dos meios que possuía para fazê-los.

5. CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, que teve como foco a análise das cartas remetidas por Clarice Lispector, presentes em *Todas as Cartas*, buscou-se compreender e desvendar aspectos pouco conhecidos e explorados sobre a escritora, especificamente sobre seu posicionamento político-cultural, vivenciado e refletido em diferentes cenários e eventos históricos ao longo de sua vida. Pela análise das cartas, conclui-se que Clarice se revelou, ao mesmo tempo, uma escritora profundamente introspectiva e uma figura que navegava pelas tensões políticas e culturais de sua época, ainda que de forma indireta e muitas vezes silenciosa. Mesmo diante

²⁴ Um dos pseudônimos utilizados por Clarice Lispector.

das obrigações diplomáticas, conjugais, profissionais e familiares, que em alguns momentos lhe causavam desconforto — como relatado em diversas missivas —, ela manteve sua singularidade.

Com a análise e a seleção das cartas, classificadas com base nos elementos opinativos da escritora sobre temas de gênero e questões político-culturais, foi possível concluir que as missivas de Clarice vão além de registros pessoais: são espaços de diálogo que evidenciam suas reflexões sobre família, amizade e, em menor escala, sobre o Brasil em tempos de repressão e censura. Embora não se envolvesse diretamente em debates políticos ou sociais, Clarice encontrava na escrita uma forma de expressar sua visão crítica e subjetiva do mundo. Essa escrita refletia, também, um recorte social privilegiado, que, inclusive, era alvo de autocrítica em algumas de suas cartas.

A contextualização histórica e biográfica da escritora mostrou-se fundamental para compreender as intersecções entre esses cenários e seus possíveis reflexos na vida de Clarice. As cartas revelam uma autora que, apesar de engajada nas relações pessoais e familiares, não se afastava completamente do impacto das transformações históricas e sociopolíticas de sua época, mesmo que de forma indireta. Suas "revoluções silenciosas" são perceptíveis na maneira como articulava ideias e vivências cotidianas, demonstrando uma resistência subjetiva aos limites impostos pela sociedade de sua época.

Por fim, conclui-se, a partir do presente trabalho, que as cartas de Clarice Lispector têm uma importância inegável como fonte histórica e literária, além de ressaltarem a relevância de suas “revoluções silenciosas” diante de um contexto sociopolítico conturbado. A proximidade com o governo, decorrente de sua posição como esposa de um diplomata, pode ter levado Clarice a manter algumas de suas opiniões em uma espécie de "clandestinidade". Ainda assim, mesmo nas cartas, ela preservava sua discrição e retidão, tanto em relação à vida pessoal quanto à sua atuação pública e literária.

FONTE

LISPECTOR, Clarice. **Todas as Cartas**. Prefácio e notas bibliográficas de Teresa Montero; organização e posfácio de Pedro Karp Vasquez; pesquisa textual e transcrição das cartas de Larissa Vaz; ensaio crítico de Carlos Mendes de Sousa. 1ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Rocco, 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Biografia de Clarice, por Benjamin Moser: coincidências e equívocos**. Estud av [Internet]. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zFWQ7fXYTNNcbQSxdq9gzgw/>. Acesso em 18 set. 2024.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 17 nov 2024.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18 de setembro de 1946.** Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 17 nov 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1915 de 27 de dezembro de 1939.** Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QKdue>. Acesso em 23 out 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7582 de 25 de maio de 1945.** Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17582.htm. Acesso em 23 out 2024.

BRASIL. **Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977.** Brasília: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm. Acesso em 17 nov 2024.

CHERMONT, Lucia. **Imprensa em língua Ídiche no Brasil.** In Site TRANFOPRESS Brasil. UNESP: 2020. [Internet]. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/imprensa-em-lingua-iidiche-no-brasil>. Acesso em: 20 set. 2024.

DE LUCA, Tania Regina. **A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Nm9ZFdXP6Gf3vzzGBH458RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 out 2024.

FARIA, Erika V. **Escrever o que não se escreve: Clarice, a letra e o feminino.** Belo Horizonte: Reverso, 2021. Ano. 43, n. 81, p. 35-42. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v43n81/v43n81a05.pdf>. Acesso em 19 set. 2024.

FRANKLIN, Margareth Cordeiro. **Clarice Lispector e os intelectuais no Estado Novo: itinerários de uma aprendizagem.** Belo Horizonte: PUC, 2009. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Letras_FranklinMC_1.pdf. Acesso em: 23 out 2024.

FREITAG, Barbara. **As cidades formadoras de Clarice Lispector.** Revista Brasileira 78. ABL - Associação Brasileira de Letras: 2013. [Internet]. Disponível em: <http://www2.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2078%20-%20A%20CIDADE%20NA%20FICCAO%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

GARCIA, Miliandre. **A censura de costumes no Brasil: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/censura-costumes-brasil-institucionalizacao-censura-teatral/miliandregarcia.pdf>. Acesso em: 26 out 2024.

GOTLIB, Nádía B. **Clarice Lispector: Jornalista-Escritora ou Escritora-Jornalista?** Revista Rascunhos Culturais. Coxim/MS, v. 9, n. 15, p. 13 – 37, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xl9CE>. Acesso em: 23 out 2024.

GOTLIB, Nádía B. **Nos bastidores da pesquisa em torno da fotobiografia de Clarice Lispector.** Rev. de Letras, N0. 29, Vol. 1/2, Jan/Dez, 2008. [internet] Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1054/1/2008_art_N%20Gotlib.pdf. Acesso em 18 set. 2024.

GOTLIB, Nádía Battella. **Clarice: Uma vida que se conta.** 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GUTFREIND, Ieda. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul.** Progrons na terra gaúcha?. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. V.2, N.1 (jan-jun), 2010. [Internet]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/15547/9303>. Acesso em: 23 set. 2024.

IGREJA, Paula R. **Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil.** Ensaio Geral, n. 1 (2021), p. 119-143. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046>. Acesso em: 23 out 2024.

Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LEONARDO, Heloisa. **Especial Clarice Lispector.** Escola de Formação Judiciária: Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro. 2020. [Internet]. Disponível em: <https://escola.tjdft.jus.br/instituto/aluno/Especial%20Clarice%20Lispector.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

LISPECTOR, Clarice. **Esclarecimentos: Explicação de uma vez por todas (Crônica de 14 de novembro de 1970).** Jornal do Brasil, 1970. 14.11.1970.

LISPECTOR, Clarice. **Lição de piano. Jornal do Brasil:** 09 de dezembro de 1967. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5849017/mod_resource/content/1/Li%C3%A7%C3%A3o%20de%20piano.pdf. Acesso em 18 set. 2024.

LISPECTOR, Clarice. **Todas as Cartas.** Prefácio e notas bibliográficas de Teresa Montero; organização e posfácio de Pedro Karp Vasquez; pesquisa textual e transcrição das cartas de Larissa Vaz; ensaio crítico de Carlos Mendes de Sousa. 1ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Rocco, 2023.

LISPECTOR, Clarice. **Todas as Cartas.** Prefácio e notas bibliográficas de Teresa Montero; organização e posfácio de Pedro Karp Vasquez; pesquisa textual e transcrição das cartas de Larissa Vaz; ensaio crítico de Carlos Mendes de Sousa. 1ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Rocco, 2023.

LISPECTOR. Clarice. **A descoberta do mundo.** São Paulo: Rocco, 2009.

MONTERO, Teresa. A procura da própria coisa: uma biografia de Clarice Lispector. Rocco Digital. Editora Rocco: 2021.

MOTA, Marcus. **Clarice em performance: análise da entrevista de 1977**. Brasília: Cerrados. V. 54, n. 31, p. 207-225, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/download/30905/28018/89694>. Acesso em 19 set. 2024.

NUNES, Benedito. O mundo imaginário de Clarice Lispector. In: O dorso do tigre. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NUÑEZ, Geni. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas: v. 16 n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>. Acesso em 27 nov. 2024.

REIMÃO, Sandra. **"Proíbo a publicação e circulação... - censura a livros na ditadura militar**. Estudos Avançados, 28 (80), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkxmNvF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 out 2024.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência: censuras a livros na ditadura militar**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/publico/P.ORTUGUES_livredocenciareimao.pdf. Acesso em: 24 out 2024.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Teresa Montero: uma pesquisadora à procura de Clarice Lispector**. Gragoatá, Niterói, v. 28, n. 61, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/gragoata/article/view/55642>. Acesso em: 23 out 2024.

SILVA, José Ailton da. **(Re)montando uma vida: a construção biográfica e fotobiográfica de Clarice Lispector por Nádia Battella Gotlib**. 2024. 206 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/65b98aaf-1287-4189-baff-904cbab63bbe>. Acesso em: 19 set. 2024.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

VELLOSO, Mônica P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/92c64613-5f98-44b4-9c5c-3ad53a89b38e/content>. Acesso em: 24 out 2024.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou. A aventura de uma geração**. 17. ed. Rio de

VIEIRA, Ana Paula L. **A política editorial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**. XXIX Simpósio Nacional de História: 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953103_009eb4290174eec1aba99eaeaca4c58d.pdf. Acesso em: 24 out 2024.

XXIII, João. ***Mater et magistra: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã***. Vaticano: 1968. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 23 out 2024.